d. 10 - 47

quarta-feira, 9 de março de 2022

Diário Oficial

Rondônia, ed. 43 - 58

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a alínea "a" do inciso I, do art. 1º da Portaria nº 7 de 17 de janeiro de 2022 (id0023476036), publicada no DOE nº 10, p. 47, de 17 de janeiro de 2022, que designa servidores para compor a**Equipe de Licitação - ALFA**, da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, passando a vigorar nos seguintes termos:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor aEquipe de Licitação - ALFA, desta Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO:

- I Pregoeiro:
- a) Camila Caroline Rocha Peres, matrícula nº
 - II Equipe de Apoio:
 - a) Ana Viana de Souza, matrícula nº 300138121;
 - b) Adriana de Oliveira da Silva, matrícula nº 300116763;
 - c) Lucas Antônio Aires da Silva, matrícula nº 300127160.

Parágrafo único. Fica designada à função de Pregoeira Substituta a servidora indicada na alínea "a" do inciso II, que desempenhará as atividades de estilo nas ausências e impedimentos do titular.

- Art. 2º Revogar a Portaria nº 22 de 11 de fevereiro de 2021 (id0016158301), publicada no DOE nº 31, p. 50, de 12 de fevereiro de 2021 e a Portaria nº 7 de 14 de janeiro de 2021 (id 0015689161), publicada no DOE nº 13, p. 46, de 20 de janeiro de 2021.
 - Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Amanda Talita de Sousa Galina Diretora-Executiva – SUPEL/RO

Protocolo 0023476036

PREGÃOELETRÔNICON°. 149/2022/ALFA/SUPEL/RO

S

U

P

E

 \boldsymbol{L}

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3212-9264



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°: 149/2022/ALFA/SUPEL/RO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de suo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na Portaria N.º 30/SUPEL- CI, publicada noDOE do dia 09 de março de 2022, torna público que se encontra autorizada a realização da licitaçãona modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 149/2022/ALFA/SUPEL/RO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM- MODO DE DISPUTA: ABERTO, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011, nº 18.340/2013, nº 25.969/2021 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Portaria nº 248/2019/SUPEL-CI, com a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, com a Lei Estadual nº 2414/2011, e demais legislações vigentes, tendo como interessadoa Polícia Civil - PC

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

- 1.1.1. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriundado desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;
- 1.1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
- 1.1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, nadata e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA: 12 de Maio de 2022.

HORÁRIO: às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.<u>comprasgovernamentais</u>.gov.br/

- 1.1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 1.1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo nº **0019.580816/2021-48**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e



a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (https://www.sei.ro.gov.br/sobre).

2 - DAS DISPOSICÕES DO OBJETO

- **2.1. Do Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual de Materiais de Expediente, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.
- **2.1.1** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital Termo de Referência, prevalecerão as últimas;
- **2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS:** Ficam aquelas estabelecidas <u>no</u> <u>item 9. e seus subitens do</u> Anexo I Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- **2.3. DA GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO:** Ficam aquelas estabelecidas <u>no item 17. e seus subitens do Anexo I Termo de Referência</u>, as quais foram devidament<u>e</u> aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- **2.4. DA FORMA DE ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS:** Ficam aquelas estabelecidas <u>nos itens 16.2 e 16.3 e seus subitens do Anexo I Termo de Referência</u>, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- **2.5. DO LOCAL, PRAZO E FORMA DE ENTREGA:** Ficam aqueles estabelecidos <u>no item 18 eseus</u> <u>subitens do</u> Anexo I Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **3.1.** Até **03** (**três**) **dias úteis** que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 24 do Decreto Estadual nº 26.182/2021, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e- mail: **alfa.supelro@gmail.com** (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212- 9264, ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio Central Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO CEP: 76.801-470, Telefone: (069).3212-9242.
- 3.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos Autos do processo de licitação.
- 3.1.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 1 (um) dia útil antecedente à data marcada para a abertura





da licitação.

- **3.1.2.1.** A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a **impugnação** será informada **preferencialmente via email (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).**
- 3.1.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da propostade preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUEDEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentesao processo licitatório deverão ser enviados o(a) Pregoeiro(a),), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 23 do Decreto Estadual nº 26.182/2021, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: alfa.supelro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e/ouequipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9264 ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h: 30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 Bairro: Pedrinhas
- Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos 2º Andar, em Porto Velho/RO CEP: 76.801.470, Telefone: (069).3212-9242, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.
- **4.1.1.** <u>Até a data definida para a sessão inaugural,</u> o Pregoeiro deverá disponibilizar a resposta dos esclarecimentos protocolados, caso contrário, o Pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderáo certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.
- 4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativase técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.
- **5.1.1.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do <u>ANEXOI</u> (TERMO DE REFERÊNCIA).
- 5.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como





a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

- 5.2.1. A falsidade das declarações que trata o subitem 5.2, sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto Estadual nº 26.182, de 24 de junho de 2021, Edital e nas demais cominações legais.
- 5.2.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5.3. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

- 5.3.1. A participação neste pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas a ME/EPP, face ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n° 147/2014 e o art.6° do Decreto Estadual n° 21.675/2017;
- 5.3.2. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br/;
- 5.3.3. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;
- 5.3.4. Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativaou a própria Administração Pública.
- 5.3.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 5.3.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 5.3.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.3.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor doSistema, ou da Superintendência Estadual de Licitações SUPEL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
- 5.3.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistemapara imediato bloqueio de acesso.
- 5.3.10. Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta encontra-se em conformidade com as exigências previstas neste Edital, ressalvados os casosde participação de microempresa e de empresa de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal.
- 5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam





enquadradas nos seguintes casos:

- 5.4.1. Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 5.4.2. Sob a forma de consórcio; Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, comas devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios nas licitações por ela promovidas, **fica vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolvequestões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.
- 5.4.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), durante o prazo de sanção; conforme art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;
- 5.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção; conforme art. 7°, da Lei n° 10.520/2002;
- 5.4.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo de sanção;
- 5.4.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;
- 5.4.7. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8°, inciso V, da Lei n° 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;

5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

- 5.5.1. Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme<u>art.</u> 9°, inciso III, da Lei Federal n° 8.666/93.
- 5.5.2. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.
- 5.5.3. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.
- 5.5.4. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitanteparticipe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.
- 5.5.4.1. Para tais efeitos entende-se que, fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 6 DA QUALIFICAÇÃO DAS ME, EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO.



- **6.1** As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo devem atender as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dosbenefícios ali dispostos.
- **6.2.** O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar,em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 e 49 da mesma Lei,** para fazer jus aos benefícios previstos.

7 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PRECO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

8 – DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitantea partir da data da liberação do Edital no site **www.comprasgovernamentais.gov.br**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente pormeio do sistema, concomitantemente os *documentos de habilitação* e *proposta* conforme Decreto Federal nº 10.024/2019 e as exigências do Edital.
- 8.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de <u>regularidade fiscal e trabalhista</u>, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e alterações.
- 8.1.2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamentoda proposta.
- 8.1.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fasede lances.
- 8.1.4. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.1.5. As propostas de preços e *documentos de habilitação* registradas no Sistema Comprasnet, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 8.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, as



Licitantes deverão **REGISTRAR** suas propostas de preços, no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO", contendo a DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA

COMPRASNET), até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA.**

- 8.2.1. As propostas registradas no Sistema **COMPRASNET NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.2.1.1. A vedação de identificação que trata o subitem 8.2.1 refere-se ao *cadastramento* da proposta no sistema eletrônico de compras.
- **8.2.1.2.** Quando da inclusão do *anexo* da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão forneceras informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública **após. à fase de lances.**
- 8.2.1.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.
- 8.4. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos queo compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

09 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP (PARA OS ITENS SEM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA) E CRITÉRIOS DE DESEMPATE.

- **9.1.** A partir da data e horário estabelecido no subitem 1.1.4 de conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no **Item 8.2** do Edital.
- **9.1.1.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo**, **ainda**, **ser analisado pelo órgão requerente**), **DESCLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 9.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.
- 9.3. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO(A)





PREGOEIRO(A).

- 9.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ conforme Edital.
- 9.5. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **9.5.1.** Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor preço ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$). com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 9.6. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regrasde sua aceitação;
- 9.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:
- a) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00(um milhão de reais);
- 9.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutose ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-seá automaticamente.
- 9.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 9.14. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 9.15. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 9.15.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o



sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

- 9.15.2. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação dolance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade:
- 9.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de enviode lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.16.1. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízodos atos realizados:
- 9.16.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24h (vinte e quatrohoras) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
- 9.17. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 9.18. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 9.19. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP, e as demais licitantes, conforme determina a Lei Complementar 123/2006, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET;
- 9.20. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresase empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4°.
- 9.21. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;
- 9.22. Para efeito do disposto no item 9.21, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.22.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar propostade preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora daetapa de lances;
- 9.22.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do item 9.19, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 9.22.3. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 9.22.4. O disposto no item 9.19 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido



apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

- 9.22.5. Ocorrendo a situação prevista no item 9.22.1., a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.23. No caso de empate, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas **local ou regionalmente**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, **nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017**, nos seguintes termos:
- a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;
- b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no artigo 3°, da Lei nº 8.666, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido pela Lei nº 8.666, de 1993.

10 – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 10.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Comprasnet, devendo o Pregoeiro examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO. bem como. se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;
- 10.1.1. O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valorde mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO.
- 10.1.2. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOSautomaticamente caso a licitante permaneça inerte.
- **10.2.** O pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **120 (cento e vinte) minutos**, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos *documentos complementares*, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.





11 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 11.1. Cumpridas as etapas anteriores, o(a) Pregoeiro(a) verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.
- <u>11.1.1.</u> Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do CHAT MENSAGEM;
- 11.2. Se a proposta de preços não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;
- 11.2.1 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.
- 11.2.1.1 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.
- 11.2.1.2 Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão serefetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei Federal n° 8.666/93.
- 11.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;
- 11.4. Se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, o Pregoeiro poderá diligenciar a disparidade dos preços ofertados pelos participantes em razão da estimativa inicial. (Súmula n° 8/TCE-RO, alínea "i")
- 11.5. Após a fase de lances a Pregoeira efetuará a **ACEITAÇÃO** do **ITEM**, de acordo com os lances ofertados, negociados e atualizados;
- <u>11.5.1.</u> Para ACEITAÇÃO do valor de menor lance, a Pregoeira e equipe de apoio analisará a conformidade do objeto proposto com o solicitado no Edital.
- 11.5.1.1. <u>Caso haja dúvida</u> na especificação do objeto ofertado, a Pregoeira, antes da aceitação do item poderá convocar as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para enviar a **PROPOSTA DE PREÇOS.** com o item devidamente atualizado do lance ofertado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, ANEXANDO NO SISTEMA COMPRASNET, DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO:
- **11.5.1.2.** Se no preenchimento da proposta, no próprio sistema, a licitante já cumprir com as especificações e teor solicitado para fins de aceitação, esta poderá ACEITÁ-LA diretamente, mediante confirmação registrada no Chat Mensagem do valor total da última oferta, procedendo aos devidos cálculos totais se necessário, sendo de responsabilidade do



proponente manter a sua proposta ofertada no último lance, sujeitando-se às sanções aplicáveis, sendo dispensada a necessidade de envio do Anexo citado.

- 11.5.2. A PROPOSTA, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo consistente avaliação itens.
- 11.5.3. O ENVIO DA PROPOSTA DE PRECOS, SOLICITADA NO SUBITEM 11.5.1.1., DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO AROUIVO (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.
- 11.5.1.1. As licitantes deverão cumprir os dispostos no Item 17. e seus subitens do Termo de Referência que dispõe acerca de **DA GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO**
- 11.6. Caso a licitante de menor lance seja desclassificada, serão convocadas as licitantes na ordem de classificação de lance.
- 11.7. O PREGOEIRO EM HIPÓTESE ALGUMA, CONVOCARÁ O LICITANTE PARA REENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS FORA DO PRAZO PREVISTO NO SUBITEM 11.5.
- 11.7.1. Caso a empresa identifique a necessidade de reenvio de documento (proposta ou prospecto) a solicitação deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido no subitem 11.5.1.1 do Edital.
- 11.8. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Editale seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;
- 11.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.
- 11.10. Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.
- 11.11. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às licitantes por meio do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM:
- 11.12. O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando ACEITO, e passando para a fase de habilitação;

12 – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

- 12.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:
- 12.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- 12.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços



ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA



unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

13 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

- 13.1. Concluída a fase de ACEITAÇÃO, ocorrerá a fase de habilitação da(s) licitantes(s);
- 13.1.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores CAGEFIMP da SUPEL, assegurado aos demais licitantes o direitode acesso aos dados constantes dos sistemas, <u>ou seja, apresente ao menos o espelho do SICAF o</u> qual comprove que tais documentos constam no sistema, com data válida no ato de abertura da licitação.
- <u>13.1.1.1.</u> Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Pregoeiro(a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão inclusos aos autos.
- <u>13.1.1.2.</u> O licitante que não possuir o cadastro nesta Superintendência poderá providenciá-lo antes da data de abertura da sessão, <u>no Setor de Protocolo da SUPEL</u>, podendo obter informações por meio do telefone (69) 3212-9272.
- <u>13.1.1.3.</u> Caso as licitantes tenham algum tipo de dificuldade em anexar no sistema os documentos exigidos para a habilitação, as mesmas deverão entrar em contato com a Central de Serviços SERPRO, via telefone 0800 9789001, ou e-mail: <u>css.serpro@serpro.gov.br</u> ou através do formulário eletrônico: https://cssinter.serpro.gov.br/SCCDPortalWEB/pages/dynamicPortal.jsf?ITEMNUM=2348
- **13.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, na forma do art. 27, inciso V, da <u>Lei nº 8.666/93</u>, com a redação dada pela <u>Lei nº 9.854</u>, de 27 de outubro de 1999.
- **13.3.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do <u>§ 2° do art. 32 da Lei</u> <u>n° 8.666/93</u>, observadas as penalidades cabíveis.
- **13.4.** Ressalvado o disposto no item 13.1.1, os licitantes deverão encaminhar concomitantemente, com aproposta de preços, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.5. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;



- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.6. RELATIVOS À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.7. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio http://www.portaldoempreendedor.gov.br/;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4°, §2° do Decreto n° 7.775, de 2012.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 13.7.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

13.8. RELATIVOS À OUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei n° . 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo





de validade.

- b) a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.
- c) a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- d) Balanço Patrimonial, referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.
- e) b.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
- f) b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- g) b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

13.9. RELATIVOS À OUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 13.9.1. Considerando que os valores estimados para os itens não ultrapassam o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil rteais), fica dispensada a apresentação de atestado de capacidade técnica, nos termos do art. 3º, inciso I, da Orientação Técnica 01/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, a saber:
- Art. 3º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à aquisição de bens e materiais de consumo comuns, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:
- I até 80.000,00 (oitenta mil reais) fica dispensada a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica;
- 13.10. Caso a licitante esteja com algum documento de Habilitação desatualizado, ou que não seja contemplado pelo CADASTRO DA SUPEL ou pelo SICAF, o mesmo **DEVERÁ SER ANEXADO EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA COMPRASNET**, quando o Pregoeiro realizar a convocação da licitante para enviar o ANEXO, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, se outro prazo não for fixado, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.
- **13.11.** Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo Pregoeiro, através do sistema eletrônico.
- 13.11.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA <u>TODOS OS ITENS</u>, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.
- 13.11.2. O ENVIO DE TODA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7° DA LEI N°. 10.520/02.

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA



13.11.3.O(A) PREGOEIRO(A), EM HIPÓTESE ALGUMA, CONVOCARÁ O LICITANTE PARA REENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO SUBITEM 13.10.

- 13.11.3.1. Caso a empresa identifique a necessidade de reenvio de documento (habilitação) a solicitação deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido no subitem 13.10. do Edital.
- **13.12.** A documentação de habilitação enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;
- **13.13.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.
- **13.14.** O não envio dos anexos ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.
- **13.15.** Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;
- 13.15.1. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via *on line*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo(a) Pregoeiro(a), para o envio dos mesmos.
- **13.16.** As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.
- **13.17.** As microempresas e empresas de pequeno porte <u>deverão apresentar toda a documentação exigida</u> para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma <u>restrição.</u>
- 13.17.1. Havendo alguma restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do Decreto Estadual nº 21.675/2017.
- 13.17.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 13.17.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à SUPEL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;
- 13.18. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 defevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS/CGU (Lei Federal nº 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, Cadastro

Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido peloConselho
Nacional de Justiça
(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo

Tribunalde Contas da União - TCU, a fim de evitar contratação e empresas que tenham sido



impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.

- **13.19.** Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:
- 13.19.1. Em nome da licitante com o n° do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:
- <u>13.19.1.1.</u> Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matrize; <u>13.19.1.2.</u> Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 13.19.2. No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.
- **13.20.** Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.
- **13.21.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14 – DOS RECURSOS

- 14.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 20 (vinte) minutos.
- 14.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03** (**três**) dias **para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, <u>art. 4°, Lei Federal n.º 10.520/2002</u>).
- 14.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema Comprasnet), devendo o licitante observar as datas registradas.
- 14.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.5. A decisão do Pregoeiro a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.
- 14.6 A decisão do Pregoeiro e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 14.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.
- 14.8. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES SUPEL, caso não esteja disponível no Sistema de Eletrônico de Informação (SEI).
- 14.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

dente de Compras e Li Estado de Rondônia



- a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;
- b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Governo do Estado de Rondônia.
- 14.9.1. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;
- 14.9.2. A intimação dos atos referidos no subitem 14.9, alíneas "a" e "b", será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 14.9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;
- 14.9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

15 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.
- 15.2. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista nalegislação pertinente.
- 15.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.
- 15.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.
- 15.5. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do(a) Pregoeiro(a).

16 - DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será de até 12 meses, observado o artigo 57 da Lei 8.666 de 1993.

- 16.2. Após publicidade da Ata de Registro de Preços, poderão ser firmados os Contratos dela decorrente dentro do prazo de validade do Registro por meio de instrumento próprio, ou quando dispensados, a execução será realizada por meio da emissão de nota de empenho, ordem de serviço ououtro instrumento similar, conforme dispõe o art. 62, da Lei nº. 8.666/93.
- 16.3. A alteração, revisão, cancelamento e adesão ao Registro de Preços deverão observar as disposições do Decreto Estadual 18.340/2013 e suas alterações.

17 - DO PAGAMENTO

17.1.Conforme estabelecido no item 22. e seus subitens do <u>Termo de Referência – Anexo I</u> desteEdital.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





18.1.Conforme estabelecido no item 26. e seus subitens do Termo de Referência – Anexo I desteEdital.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1.Conforme estabelecido no 19. e seus subitens do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1.Conforme estabelecido no subitem 20. e seus subitens do <u>Termo de Referência – Anexo I</u> deste Edital.

21 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Conforme estabelecido no item 25. e seus subitens do <u>Termo de Referência – Anexo I</u> deste Edital.

15003 - Polícia Civil

Programa Atividade: 15003.06.183.2075.2269

Fontes: 0100 e 0300

Natureza da Despesa: 33.90.30

15011 - Fundo Especial de Reequipamento Policial

Programa Atividade: 15011.06.122.2075.2087

Fonte: 0202

Natureza da Despesa: 33.90.30

22 – DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

22.1. Conforme estabelecido no item 23. e seus subitens do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

23 – DA VIGÊNCIA E REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.
- 23.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o preços registrados poderão ser revisados, observando as disposições do Decreto Estadual nº 18.340/2013 e suas alterações:
 - Art. 21. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - Art. 22. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - § 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - § 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
 - Art. 23. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - I liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - II convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.





- Art. 23-B. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado. (Artigo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)
- \$ 1°. A revisão de preços prevista no caput precederá de requerimento: (Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021)
- I do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou (Inciso acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021)
- II pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado. (Inciso acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021)
- § 2°. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n° 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput deste artigo. (Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021)
- § 3°. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata. (Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021)
- § 4°. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro. (Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021)
- § 5°. Para fins deste Decreto e do Sistema de Registro de Preços SRP, por ele regulamentado, o órgão gerenciador do registro de preços, fixará por meio de Portaria, a forma de apuração do preço de mercado para efetivação de ajustes decorrentes das Atas de Registro de Preços. (Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021.

25 – DA REVISÃO, CANCELAMENTO E ADESÃO AO REGISTRO DE PRECOS

25.1. Conforme estabelecido no item 27. e seus subitens do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

26 – DAS CONDICÕES GERAIS

- 26.1. A Administração Pública se reserva no direito de:
- 26.1.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;
- 26.1.2. Revogar por interesse da Administração Pública em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modopróprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.
- 26.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.
- 26.2.1. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.
- 26.3. O Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior dedocumentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessãopública.
- 26.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos





apresentados em qualquer fase da licitação.

- 26.5. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer assanções previstas no art. <u>7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002</u> c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo Pregoeiro.
- 26.6.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação doobjeto.
- 26.7.O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar naexecução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que serefere o inciso XIV do art. 4º da Lei º 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo dasmultas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no órgão responsável pela licitação.
- 26.9.O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços depreços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.
- 26.10. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.
- 26.11. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.12. O Contrato da presente licitação poderá sofrer supressões, conforme previsto no § 1°, do Art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93
- 26.13. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.
- 26.14.O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;
- 26.15. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.
- 26.16. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.
- 26.17. Aos Casos Omissos, serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na <u>Lei Federal nº.10.520</u>, de 17 de julho de 2002, no <u>Decreto Estadual nº 26.182, 24/06/2021</u>, e subsidiariamente, na <u>Lei Federal nº. 8.666</u>, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.



- 26.18.A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ouretirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direitoà contratação, sem prejuízos das sanções previstas na <u>Lei 8.666/93</u>.
- 26.19.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desse que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
- 26.20. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na Lei nº 8.666/93.
- **26.21.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ e alternativamente no site www.supel.ro.gov.br.
- 26.22. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e daproposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seustermos.
- 26.23. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (069) 3212-9264, pelo e-mail: <u>alfa.supelro@gmail.com</u>, ou na sede SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES SUPEL/RO.
- 26.24 O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Porto Velho/RO.

27 – ANEXOS

27.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Ouadro Estimativo de Precos:

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV - Minuta Solicitação de adesão

Porto Velho-RO, 20 de abril de 2022.

CAMILA CAROLINE ROCHA PERES

Pregoeira - ALFA/SUPEL Mat. 300145454

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022/ALFA/SUPEL/RO





ANEXO - I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidades Participantes:
- **1.2.** 15003 Polícia Civil do Estado de Rondônia
- **1.3.** 15011 Fundo Especial de Reequipamento Policial

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

- **2.1.** A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, pelo critério de Menor Preço, em sessão pública realizada por meio de Sistema Eletrônico e, observará os preceitos de direito público, além dos dispositivos legais pertinentes, notadamente as normas e procedimentos administrativos das Leis Federais nº. 10.520/02, 123/06, 8.078/1990 Código de Defesa do Consumidor (CDC) e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, além dos Decretos Estaduais 10.538/2003, 10.024/2019, 18.340/2013, 21.675/2017 e 26.182/2021, incluindo suas eventuais alterações.
- **2.2.** Aplica-se, em regra, os ditames de todo o certame licitatório originário de Pregão Eletrônico e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

3. JUSTIFICATIVA E FINALIDADE PÚBLICA DO OBJETO

- **3.1.** A Administração Pública desenvolve inúmeras **atividades Administrativas e Operacionais** que tem como objetivo gerir a complexa gama de serviços garantidos à coletividade, seja na área da saúde, educação segurança pública e outros, necessitando assim estar estruturadas com materiais essenciais para desenvolver suas atividades cotidianas e assim exercer sua missão principal de atender ao interesse público.
- **3.2.** A Polícia Judiciária Civil tem como principal atividade a apuração das infrações penais, excetuadas as de natureza militar, sendo dividida para fins meramente organizacionais em mais de 120 unidades, administrativas e operacionais, dotadas de espaço físico, servidores e atribuições diversas.
- **3.3.** O exercício das atividades policiais, quer seja de cunho administrativo ou operacional, demanda o uso de uma grande gama de materiais de expediente, de uso comum e cotidiano, tais como canetas, grampeadores, fitas adesivas, caixas arquivo entre outros.
- **3.4.** Referido materiais, além de auxiliar a persecução dos fins da atividade policial administrativa e operacional, auxiliam na organização e manutenção das atividades das diversas unidades da Polícia Civil.
- **3.5.** Nesse sentido, a aquisição dos bens relacionados tem o condão de atender necessidades precípuas da Administração Pública, auxiliando na persecução dos fins aos quais se destina.

4. DO OBJETO E OBJETIVO

4.1. DO OBJETO:

4.1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência, o Registro de Preços para futura e eventual de **Materiais de Expediente**, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.



4.2. DO OBJETIVO:

4.2.1. Suprir necessidades das unidades da Polícia Civil relativas aos suprimentos de **Materiais de Expediente** conforme justificativa do item 3.

5. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SRP

5.1. O fornecimento dos bens objeto da presente contratação foram estimados baseados nas estimativas de utilização e cremos que a quantidade estimada se revela mais acertada, pois como tratase de Sistema de Registro de Preços e não obriga a Administração a utilizar os serviços ou produtos cujos preços foram registrados em sua totalidade, como bem preleciona o escólio de Jacoby Fernandes trazendo conceito semelhante, quando expõe:

Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial de licitação quando se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração".(Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 2. Ed.Belo Horizonte:Fórum 2006.

Ainda, vale destacar que o uso do SRP permite a otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração; a solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens e serviços registrados; ausência da obrigatoriedade em se adquirir os bens e serviços registrados, em suas quantidades parciais ou totais; e vinculação do particular pelo prazo de validade da ata às quantidades e aos preços registrados".(site oficial escritorio@jacoby.adv.br - Publicado em 30.07.2017 - O que é e como funciona o sistema de registro de preços?).

- **5.2.** Nesse aspecto, o Sistema de Registro de Preços agrega inúmeras vantagens como:
- a) redução do número de licitações durante o exercício financeiro;
- b) redução dos custos operacionais e de estoques;
- c) agilidade e otimização nas aquisições públicas;
- d) redução de estoque e melhor controle de uso dos materiais e suas respectivas validades.
- **5.3.** As possibilidades de adoção do Sistema de Registro de Preços encontram-se delimitadas no âmbito do Decreto Estadual nº 18.340/2013, artigo 3º, *in verbis*:

I.quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;

II.quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

- III.quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
 - **5.4.** Considerando que o objetivo principal do sistema de registro de preços, preconizado pela lei 8.666/93, seria o de simplificar as contratações futuras, impedindo que, a todo momento, fosse realizado novo procedimento de licitação, imobilizando a gestão pública, outro objetivo do registro de preços é que desobriga a administração a adquirir todo o serviço ou produto registrado, e ainda não comprometendo recursos financeiros, entende-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços resta justificada na forma do art. 3°, incisos I e II do Decreto Estadual nº 18.340/2013 por se tratar de uma demanda frequente de aquisições parceladas que ocorrerão ao longo da vigência da ata.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

- **6.1.** Os itens relacionados na presente licitação **são comuns**, classificados como itens de prateleira, com especificações objetivas e pré-definidas no instrumento convocatório, postos a disposição dos consumidores para pronto entrega no mercado.
- **6.2.** Nesse sentido, dispõe a Lei 10.520/2002:



Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

- **6.3.** Não obstante, dispõe ainda o Decreto 18.340/2013 do Estado de Rondônia:
- Art. 8º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

(...)

§ 2º Para registro dos preços de bens e de serviços comuns será utilizada, obrigatoriamente, a modalidade pregão, salvo o disposto em legislação específica.

7. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.1. Nos termos do Decreto 26.182/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui peça dispensável para a licitação, se assim entender o órgão requisitante:

Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

(...)

IV - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

(...)

- § 3º O estudo técnico preliminar de que trata o inciso X deverá ser elaborado pela Unidade requisitante, sempre que entender necessário.
- **7.2.** Nesse sentido, considerando tratar-se de aquisição rotineira de itens comuns, que não demandam garantia extra, especificações técnicas complexas, contratações correlatas ou métodos especiais de tratamento, entende esta unidade que o estudo técnico preliminar pode ser dispensado.

8. DA MEMÓRIA DE CÁLCULO QUANTIATIVO

- **8.1.** O fornecimento dos bens objeto da presente contratação foram estimados baseados nas estimativas de utilização e cremos que a quantidade estimada se revela mais acertada, pois como tratase de Sistema de Registro de Preços e não obriga a Administração a utilizar os serviços ou produtos cujos preços foram registrados em sua totalidade.
- **8.2.** Na estudo quantitativo, foram levados em consideração as seguintes premissas:
- a) Quantidade adquiridas anteriormente para atender a Polícia Civil, conforme notas de empenhos anexadas no ID;
- b) Quantidade não adquiridas por falta de recursos orçamentários;
- c) Estimativa elaborada pelo Núcleo de Almoxarifado com base nas solicitações de fornecimento;
- **8.3.** Considerando que o objetivo principal do sistema de registro de preços, preconizado pela lei 8.666/93, seria o de simplificar as contratações futuras, impedindo que, a todo momento, fosse realizado novo procedimento de licitação, imobilizando a gestão pública, outro objetivo do registro de preços é que desobriga a administração a adquirir todo o serviço ou produto registrado, e ainda não comprometendo recursos financeiros.
- **8.4.** Nesse sentido, o quantitativo estimado será suficiente para suprir as necessidades da Polícia Civil durante o período estimado.



9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Caneta esferográfica Caixa com 50 Unidades Com tinta na cor AZUL, escrita fina, ponta com 0,8mm e esfera de tungstênio, corpo sextavado, transparente, com suspiro, tampa cônica transparente e tampão superior na cor da tinta. Acondicionadas em caixa com 50 unidades	12 meses	Caixa	300
02	Clipe de metal niquelado 2/0 Caixa c/ 100 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 2/0	12 meses	Caixa	600
03	Clipe de metal niquelado 4/0 Caixa c/ 50 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 4/0	12 meses	Caixa	600
04	Clipes de metal niquelado 6/0 Caixa c/ 50 unidades. Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 6/0	12 meses	Caixa	600
05	Clipe de metal Niquelado 8/0 Caixa c/ 25 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 8/0	12 meses	Caixa	500
06	Clipe de metal Niquelado 10/0 Caixa c/ 10 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 10/0	12 meses	Caixa	300
07	Colchete Latonado nº 8 Caixa c/ 72 unidades Tipo: bailarina; Capacidade: 180 folhas (papel 75 g/m2); Cabeça: c/ reforço metálico; Fabricação/Material: em aço c/ revestimento	12 meses	Caixa	1.000
08	Colchete Latonado nº 10 Caixa c/ 72 unidades Tipo: bailarina; Capacidade: 210 folhas (papel 75 g/m2); Cabeça: c/ reforço metálico; Fabricação/Material: em aço c/ revestimento	12 meses	Caixa	1.000
09	Colchete Latonado nº 12 Caixa c/ 72 unidades Tipo: bailarina; Capacidade: 270 folhas (papel 75 g/m2); Cabeça: c/ reforço metálico; Fabricação/Material: em aço c/ revestimento	12 meses	Caixa	800
10	Grampo Galvanizado p/ Grampeador 26/6 Caixa c/ 5.000 unidades Tamanho: 26/6; Uso: Grampeador de 20 e 25 folhas; Capacidade: indicado p/ grampear até 30 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: arame de aço galvanizado revestido.	12 meses	Caixa	650
11	Grampo Galvanizado p/ Grampeador 23/13 Caixa c/ 1.000 unidades Tamanho: 23/13; Uso: Grampeador de 100 e 200 folhas; Capacidade: indicado p/ grampear de 60 a 90 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: arame de aço galvanizado revestido.	12 meses	Caixa	70
12	Grampo Galvanizado p/ Grampeador 23/20 Caixa c/ 1.000 unidades Tamanho: 23/20; Uso: Grampeador de 200 folhas; Capacidade: indicado p/ grampear de 140 a 170 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: arame de aço galvanizado revestido.	12 Meses	Caixa	150
13	Estilete	12 meses	Unid.	300



	Corpo c/ reforço métrico, lâmina medindo 18mm de largura.			
14	Grampeador de Mesa Metálico Médio c/ Extrator Linha: escritório; Modelo: c/ extrator embutido tipo espátula e apoio anatômico; Tamanho: médio; Alcance: 59 mm; Capacidade: até 25 folhas (papel 75 g/m2); Compatibilidade: grampos 26/6; Fabricação/Material: estrutura totalmente em aço c/ base de apoio em plástico, apoio anatômico emborrachado e acabamento escovado; Dimensões (LxAxP): 180x65x40mm; Cor: Preto ou Cinza.	12 meses	Unid.	600
15	Perfurador de Papel Modelo: c/ 02 pinos perfuradores e margeador (régua medidora); Capacidade: até 20 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: estrutura metálica, pinos perfuradores e molas em aço, base em polietileno e margeador plástico; Cor: Preto	12 meses	Unid.	600
16	Perfurador de Papel Linha: profissional; Modelo: c/ 02 pinos perfuradores e régua de esquadro; Mecanismo de Funcionamento: tipo alavanca c/ empunhadura emborrachada; Capacidade: até 100 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: base e cabo em ferro fundido, pinos perfuradores em aço trefilado, temperado e zincado, base em plástico reciclável e régua de esquadro metálica; Dimensões (LxAxP): 260x240x115mm Cor: Preto	12 Meses	Unid.	250
17	Prancheta Metálica c/ Prendedor Metálico A4 Produto: esterilizável Tamanho: A4 (Ofício) Modelo: c/ cantos arredondados Fabricação/Material: em duralumínio c/ prendedor de inoxidável livre de rebarbas Espessura Mínima: 1,5mm Dimensões (LxA): 235x345mm	12 Meses	Unid.	250
18	Prancheta Poliestireno c/ Prendedor Metálico A4 Tamanho: A4 (Ofício) Modelo: c/ cantos arredondados Fabricação/Material: em poliestireno c/ prendedor metálico livre de rebarbas Espessura Mínima: 3mm Dimensões (LxA): 230x320mm Cor: fumê	12 Meses	Unid.	250
19	Lâmina p/ Estilete 18mm; Caixa/Estojo c/ 10 unidades Lâmina Larga; Forma: reta segmentada; Fabricação/Material: em aço carbono; Dimensões (LxA): 108x18mm; Espessura Mínima: 0,3 mm.	12 meses	Caixa	60
20	Extrator de Grampos Espátula Inox Caixa c/ 12 unidades Tipo: espátula; Fabricação/Material: em aço inoxidável; Comprimento: 15 cm; Característica Específica: livre de rebarbas e cantos vivos.	12 meses	Caixa	30
21	Tesoura Multiuso Inox 21cm - Preta Modelo: c/ anel destro 03 dedos Lâmina: reta c/ ponta Comprimento: 21 cm Fabricação/Material: rebite e lâmina em aço inoxidável e cabo de polipropileno Cor: preta	12 meses	Unid.	150
	Cola branca líquida	12 meses	Caixa	100



Caixa c/ 12 unidades Para papel, atóxica, lavável, secagem rápida, com bico dosador de encaixe e sem rosca, tampa cônica, embalagem plástica de 90 gramas. Composição: acetato polivinila. Cola Líquida PVA Branca 500G Uso: colagens de alto desempenho; Aplicação: artefatos de madeira,
laminados plásticos, papel, papelão, entre outros); Composição: resina de PVA; Forma de Apresentação: frasco c/ bico dosador e tampa roscável; Peso: 500 G; Cor: branca; Validade Mínima: (12) meses a partir da data da entrega; Exigência/Legislação: 1. Embalagem c/ Nome do Fabricante, Informações da Composição e Validade 2. Selo do INMETRO na embalagem
Régua Acrílica 30cm - Cristal. Caixa c/ 24 unidades Tipo: reta Comprimento: 30 cm Largura Mínima: 3,4 cm Escala: centímetro e milímetro Fabricação/Material: em poliestireno transparente Espessura Mínima: 3 mm Cor: cristal Exigência: produto certificado pelo INMETRO
Fita adesiva Transparente Pacote com 05 rolos Rolo de 48 mmx100m Marcas de Referência: Adelbras, 3M
Fita Adesiva 12mmx30m - Transparente Pacote c/ 10 unidades Fita Estreita; Fabricação/Material: em filme polietileno coberto c/ adesivo acrílico; Dimensões (LxA): 12mmx30m; Cor: incolor
Fita Adesiva Colorida 12mmx10m - Vermelha Pacote c/ 10 unidades Tipo: fita adesiva de papelaria; Fabricação/Material: em filme de polipropileno coberto c/ adesivo acrílico; Tamanho (LxA): 12mmx10m; Cor: vermelha
Fita Adesiva Silver Tape de Alta Resistência, multiuso Pacote com 05 rolos 28 Rolo de 48mm X 50m Cor: transparente ou Branca Marcas de Referência: 3M, Tesa
Fita Lacre Segurança Tamanho: 25mm x 50m 29 Com mensagem de identificação quando removida da superfície em que foi aplicada. Cor Vermelha ou Preta
Fita Acrílica Dupla Face Tamanho: Rolo de 19mmx2m Cor: Transparente Uso: fixação de materiais duros ou semi-porosos como placas de identificação, quadros, pequenos objetos de decoração e canaletas elétricas; Aplicação: madeira selada, paredes internas, vidros, acrílicos e metais; Unidade 150
Fita Adesiva Plástica p/ Demarcação de Solo Fita Larga; Fabricação/Material: em filme de policloreto de vinila (PVC) 31 coberto c/ adesivo acrílico; Dimensões (LxA): 48mmx14m; Cor: zebrada - amarela/preta; Embalagem: individual.



	Fita Larga; Fabricação/Material: em filme polietileno (sem adesivo); Dimensões (LxA): 70mmx200m; Espessura Mínima: 0,04mm;			
	Cor: zebrada - amarela/preta; Embalagem: individual			
33	Lápis preto nº. 2 Sextavado com corpo emborrachado (não lasca). Caixa com 12 Unidades	12 meses	Caixa	100
34	Caneta Marca Texto Caixa com 12 unidades Com ponta chanfrada, para traço de 1.5 até 3.5 mm, em tinta florescente q/fixa sobre a tinta esferográfica, hidrográfica, lápis, textos datilografados e impressos. Cor: Amarela fluorescente	12 meses	Caixa	450
35	Caneta Marca Texto Gel Caixa com 06 Unidades Ponta: ogiva (redonda); Composição: tinta à base de gel; Fabricação/Material: ponta em gel e corpo cilíndrico em polipropileno opaco; Cor da Tinta: amarela fluorescente	12 meses	Caixa	300
36	Caneta de Escrita CD/DVD 2mm Caixa c/ 12 unidades; Ponta: 2,0 mm; Espessura da Escrita: traço 0,1 mm (papel); Composição: tinta à base de álcool resistente à água; Fabricação/Material: ponta de poliéster c/ corpo em polipropileno; Aplicação: superfícies de CD/DVD, transparência, plástico e acrílico. Cor: Azul		Unid.	60
37	Pincel Marcador Permanente Caixa c/ 12 unidades; Modelo: Ponta Média de 1.1mm Indicação: escreve em superfícies de plástico, vidro, metal, madeira CD e DVD Cor: Preta	12 meses	Unid.	60
38	Pincel Marcador Permanente Caixa c/ 12 unidades; Modelo: Ponta Média de 1.1mm Indicação: escreve em superfícies de plástico, vidro, metal, madeira CD e DVD Cor: Azul	12 meses	Unid.	60
39	Apontador p/ Lápis Caixa c/ 50 unidades Formato: retangular Diâmetro: lápis padrão c/ até 8,2 mm Fabricação/Material: em plástico pigmentado c/ lâmina em aço temperado c/ excelente fio de corte; Certificação Compulsória do INMETRO	12 meses	Unid.	15
40	Marcador p/ Lousa de Vidro Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de lousa de vidro; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Azul	12 meses	Unid.	10
41	Marcador p/ Lousa de Vidro Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de lousa de vidro; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Preta	12 meses	Unid.	10
42	Marcador p/ Lousa de Vidro Caixa c/ 12 unidades	12 meses	Unid.	10



	Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de lousa de vidro; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Vermelha			
43	Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades; Tipo: recarregável; Ponta: chanfrada; Espessura da Escrita: grossa e fina; Composição: tinta à base de álcool; Fabricação/Material: ponta de feltro c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Azul	12 meses	Caixa	60
44	Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Tipo: recarregável; Ponta: chanfrada; Espessura da Escrita: grossa e fina; Composição: tinta à base de álcool; Fabricação/Material: ponta de feltro c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Preta	12 meses	Caixa	60
45	Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Tipo: recarregável; Ponta: chanfrada; Espessura da Escrita: grossa e fina; Composição: tinta à base de álcool; Fabricação/Material: ponta de feltro c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Vermelha	12 meses	Caixa	25
46	Tinta p/ Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel atômico; Composição: tinta permanente à base de álcool, corantes, aditivos e solventes; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 35 ml (reabastece até 20 vezes). Cor: Azul	12 meses	Caixa	20
47	Tinta p/ Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel atômico; Composição: tinta permanente à base de álcool, corantes, aditivos e solventes; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 35 ml (reabastece até 20 vezes). Cor: Preta	12 meses	Caixa	20
48	Tinta p/ Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel atômico; Composição: tinta permanente à base de álcool, corantes, aditivos e solventes; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 35 ml (reabastece até 20 vezes). Cor: Vermelha	12 Meses	Caixa	15
49	Pincel p/ Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de quadro branco; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno Cor: Azul	12 meses	Caixa	100
50	Pincel p/ Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de quadro branco; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno Cor: Preta	12 meses	Caixa	100
51	Pincel p/ Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de quadro branco; Composição: tinta à base de água, não	12 meses	Caixa	50



	tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno Cor: Vermelha			
52	Tinta p/ Pincel Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel p/ quadro branco; Composição: tinta à base de álcool, corantes e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 20 ml Cor: Azul	12 meses	Caixa	30
53	Tinta p/ Pincel Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel p/ quadro branco; Composição: tinta à base de álcool, corantes e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 20 ml Cor: Preta	12 meses	Caixa	30
54	Tinta p/ Pincel Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel p/ quadro branco; Composição: tinta à base de álcool, corantes e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 20 ml Cor: Vermelha	12 meses	Caixa	15
55	Almofada p/ Carimbo Caixa c/ 12 unidades Tamanho: N. 4; Modelo: entintado p/ carimbos manuais; Fabricação/Material: - almofada: de feltro /estojo: plástico; Dimensões (LxA): 160x100mm; Cor da Tinta: azul.	12 meses	Caixa	20
56	Almofada p/ Carimbo Caixa c/ 12 unidades Tamanho: N. 4; Modelo: entintado p/ carimbos manuais; Fabricação/Material: - almofada: de feltro /estojo: plástico; Dimensões (LxA): 160x100mm; Cor da Tinta: preta.	12 meses	Caixa	20
57	Tinta p/ Almofada Carimbo Caixa c/ 12 unidades Aplicação: em almofada p/ carimbo; Composição: tinta à base de água; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 40 ml. Cor: Azul	12 meses	Caixa	20
58	Tinta p/ Almofada Carimbo Caixa c/ 12 unidades Aplicação: em almofada p/ carimbo; Composição: tinta à base de água; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 40 ml. Cor: Preta	12 meses	Caixa	20
59	Almofada Refil p/ Carimbo Numerador Metálico Almofada p/ Reposição em Carimbo Numeradores Manuais Sequencial; Uso: em diversos numeradores de aço seqüencial; Composição: em feltro; Dimensões (LxAxP): 28x6x10mm.	12 meses	Unid	50
60	Tinta p/ Carimbo Numerador Metálico Caixa c/ 03 unidades Aplicação: em carimbo numerador metálico sequencial; Composição: tinta à base de óleo; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 15 ml. Cor: Preta	12 meses	Caixa	20
61	Barbante de Algodão Cru 08 Fios - 200G Rolo c/ mínimo de 200m Composição: 100% algodão; Número de Fios: 4 Ne/8 fios; Peso Mínimo: 200G; Cor: cru	12 meses	Rolo	500
62	Bloco Auto Adesivo para anotações c/ 100 folhas Tamanho 76x76mm Gramatura: 75g/m²	12 meses	Unid.	600



	Cor: Branco, Verde, Azul ou Amarelo			
63	Borracha de Papelaria Tinta e Lápis - Bicolor Caixa c/ 40 unidades Indicação: remoção de tinta de caneta e lápis; Formato: chanfrado; Fabricação/Material: borracha natural, borracha sintética, carga mineral, agente de vulcanização, pigmento e óleo; Dimensões (LxAxP): 52x7x16mm; Legislação/Exigência: 1. Condições de acordo com a NBR-15236 e, 2. Certificação Compulsória do INMETRO, c/ atualizações posteriores.	12 meses	Caixa	30
64	Corretivo de Papelaria Fita 4mmx10m Caixa c/ 06 unidades Forma: em fita (roller); Formato: anatômico; Dimensões Mínimas (LxA) 4mmx10m (tolerância +/-2%); Fabricação/Material: corpo de resina termoplástica translúcida c/ tampa; U.F.: Caixa c/ 06 unidades; Exigência/Legislação: 1. Condições de acordo c/ as Normas NBR-11786 e NBR-15236 e, 2. Certificação Compulsória INMETRO c/ atualizações posteriores;	12 meses	Caixa	35
65	Corretivo de Papelaria Líquido 18ml Caixa c/ 12 unidades Aplicação: correções de esferográfica; Composição: à base de água, atóxico, lavável e inodoro; Forma de Apresentação: frasco c/pincel; Conteúdo: 18 ml; Exigência/Legislação: 1. Condições de acordo c/ as Normas NBR-11786 e NBR-15236 e, 2. Certificação Compulsória INMETRO c/ atualizações posteriores.	12 meses	Caixa	20
66	Capa Protetora p/ Processo PVC Pacote com 10 unidades Modelo: c/ dois bolsos internos verticais (um em cada lateral da capa); Fabricação/Material: em laminado de PVC flexível e transparente; Espessura Mínima: 0,20 micra; Dimensões (LxA): 50×35 (medida aberta) Cor: cristal.	12 meses	Pacote	300
67	Elástico de Látex n. 18 Amarelo - 100G; Caixa c/ 130 unidades Número: 18; Fabricação/Material: borracha natural; Peso: 100 G; Cor: amarela	12 meses	Caixa	400
68	Tinta p/ Carimbo Autoentintado Caixa c/ 03 unidades Aplicação: em carimbos automáticos; Composição: tinta à base de água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 40 ml. Cor Preta	12 meses	Caixa	40
69	Umedecedor de Dedo - Creme Caixa c/ 12 unidades Tipo: molha dedo; Formato: Redondo Rendimento: até 85.000 folhas Composição: ácido graxo, glicóis, corante alimentício e essência aromática Características Específicas: atóxico, não oleoso e levemente perfumado Forma de Apresentação: estojo plástico c/ tampa; Peso: 12 G.	12 meses	Caixa	50
70	Envelope de Papelaria Bolha Saco Kraft Autocolante 25x35cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Sistema de Fechamento: aba c/ fita adesiva; Fabricação: envelope termosoldado nas laterais c/ 1,0cm de largura de solda por lateral; Material: em papel kfraft revestido c/ plástico bolha de alta densidade e fita autocolante em polietileno Gramatura Mínima: 120 g/m2; Diâmetro Bolha: 1,0 cm; Largura Aba: 3,5 cm; Dimensões (LxA): externas: 25x35cm/internas: 21x29,7cm (ofício) Cor: Natural	12 Meses	Caixa	10



71	Envelope de Papelaria Saco Kraft Autocolante 11x17cm Caixa c/250 unid. Tipo: saco; Sistema de Fechamento: aba c/ fita adesiva; Fabricação/Material: em papel kfraft c/ fita autocolante em polietileno; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 11x17cm; Cor: natural.	12 Meses	Caixa	10
72	Envelope de Papelaria Saco Kraft 17x25cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 17,6x25cm; Cor: natural.	12 Meses	Caixa	45
73	Envelope de Papelaria Saco 22x32cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel offset; Gramatura Mínima: 90 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 22,9x32,4cm; Cor: branca.	12 Meses	Caixa	50
74	Envelope de Papelaria Saco Kraft 22x32cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 22,9x32,4cm Cor: Natural.	12 Meses	Caixa	200
75	Envelope de Papelaria Saco Kraft 25x35cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 25x35,3cm; Cor: Natural.	12 Meses	Caixa	50
76	Envelope de Papelaria Saco Kraft 31x41cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 31x41cm; Cor: Natural.	12 Meses	Caixa	35
77	Envelope de Segurança 13x25cm Caixa c/ 1.000 unidades Tipo: saco; Modelo: c/ aba de fechamento inviolável; Sistema de Fechamento: vedado c/ aplicação de fita inviolável ou definitiva; Características Específicas: isento de furos, rebarbas e partículas pretas; Fabricação/Material: em polietileno; Espessura Mínima: 0,20 micra (em cada parede); Largura mínima da Aba: 3 cm; Dimensões (LxA): 13x25cm; Cor: Branca (sem impressão).		Caixa	08
78	Envelope de Segurança 30x40cm Caixa c/ 1.000 unidades Tipo: saco; Modelo: c/ aba de fechamento inviolável; Sistema de Fechamento: vedado c/ aplicação de fita inviolável ou definitiva; Características Específicas: isento de furos, rebarbas e partículas pretas; Fabricação/Material: em polietileno coextrudado transparente; Espessura Mínima: 0,20 micra (em cada parede); Largura Mínima da Aba: 3 cm, Dimensões (LxA): 30x40cm Cor: Cor: Branca (sem impressão).		Caixa	08
79	Envelope Protetor de Papel p/ CD/DVD c/Janela Caixa c/ 500 unid. Aplicação: armazenar e transportar CD/DVD; Modelo: c/ aba e janela transparente; Fabricação/Material: em papel offset e papel filme incolor; Dimensões (LxA): 125x142mm; Cor: branca/cristal.	12 Meses	Caixa	15
80	Etiqueta Adesiva COUCHÊ 50x30x02mm	12 Meses	Rolo	500



	Rolo c/ 2000 unidades			
	Uso: p/ identificar amostra; Formato: retangular c/ cantos arredondados; Área Etiqueta (LxA): 50x30mm; Largura Rolo: 107 mm (2 colunas); Gramatura Mínima: 70 g/m², Diâmetro Rolo: 1"; Fabricação/Material: Etiqueta : em papel couchê (ideal p/ impressão por termo-transferência - Ribbon), Adesivo : acrílico permanente em emulsão aquosa, atóxico, mínimo 20 g/m² (indicado p/ substratos de difícil colagem como papelão), Papel (GL 10) : tipo glassine supercalandrado, monolúcido, de alta resistência à tração e ao rasgo (indicado p/ aplicações em processos que requerem leitura ótica e rotuladeiras automáticas - Ribbon) Cor: branca fosca.			
81	Etiqueta INK-JET/LASER 25x66mm Pacote c/ 750 etiquetas Etiqueta Autoadesiva em Folha; Aplicação: em impressora jato de tinta, laser e copiadoras; Formato Folha: A5; Dimensões Etiqueta (LxA): 23x37mm; Cor: branca.	12 Meses	Pacote	50
82	Etiqueta INK-JET/LASER 46X77mm Carta Pacote c/ 100 etiquetas Etiqueta Autoadesiva em Folha; Aplicação: em impressora jato de tinta, laser e copiadoras; Formato Folha: A5; Tamanho 46x77mm Cor: branca.	12 Meses	Pacote	150
83	Carimbo Numerador Metálico Automático - 10 Dígitos Formato: retangular, Numerador: automático c/ repetição ("0, 1 e 2") Fabricação/Material: estrutura metálica c/ cabo emborrachado, Acompanha: (01) Pinça Plástica p/ Mudança dos Números, (01) Tubo de Tinta e (01) Refis p/ Numerador (almofada).	12 Meses	Unid.	25
84	CD-R 700 MB 52X Pacote c/ 100 unidades Aplicação: gravação de áudio e dados, Óptica: gravável, Capacidade de Armazenamento: 700Mb e 80 minutos, Velocidade de Gravação: 52X	12 Meses	Pacote	50
85	DVD-R 4, 7GB 16X Pacote c/ 100 unidades Aplicação: gravação de áudio e dados, Óptica: gravável, Capacidade de Armazenamento: 4,7 GB e 120 minutos, Velocidade de Gravação: 16X, Cores aceitáveis: roxo ou chumbo.	12 Meses	Pacote	50
86	Pen Drive USB 2.0 16GB Modelo: compacto; Capacidade: 16GB; Interface: USB 2.0, Compatibilidade S.O: Windows XP, Vista, MAC OS 10+ e Linux. Marca de Referência Scandisk, Kingston, Multilaser	12 Meses	Unid.	250
87	Pasta c/ Canaleta A4 - Azul; Pacote c/ 10 unidades Modelo: c/ canaleta, Tamanho: A4, Fabricação/Material: em polipropileno fosco antirreflexo, Espessura Mínima: 0,18mm, Dimensões (LxC): 220x310mm, Cor: azul	12 Meses	Pacote	65
88	Pasta Catálogo 50fls - Preta Pasta c/ 50 envelopes, Capa: c/ visor frontal, Tamanho: A4, Extensores (parafusos): (04) unidades, Fabricação/Material: cartão grosso revestido de plástico PVC c/ extensores metálicos e envelopes plásticos, Espessura Envelope: 0,10 micra, Cor: preta	12 Meses	Unid.	200
89	Pasta Plástica Fina c/ Elástico A4 - Fumê Modelo: pasta fina c/ aba e elástico, Tamanho: A4, Fabricação/Material: em polipropileno padrão line translúcido c/ elástico e ponteiras metálicas, Espessura Mínima: 0,35 mm, Dimensões (LxA): 235x350mm, Cor: Fumê	12 Meses	Unid.	460
90	Pasta Plástica Larga c/ Elástico A4 - FumêTamanho: A4, Lombo: 20 mm, Fabricação/Material: empolipropileno padrão line translúcido c/ elástico e	12 Meses	Unid.	350



	ponteiras metálicas, Espessura Mínima: 0,50 mm, Dimensões (LxA): 245x335mm Cor: Fumê.			
91	Pasta Plástica "L" A4 Pacote c/ 10 unidades. Modelo "L", tamanho A4, Fabricação/Material: em polipropileno fosco anti-reflexo, Espessura Mínima: 0,18 mm Dimensões (LxA): 220x310mm Cor: Transparente	12 Meses	Pacote	500
92	Pasta com bolsa interna Pacote com 1.000 Unidades Produzida em papel couchê 250g, tamanho 31cm X 22,5cm (fechada), revestida com verniz UV. Cor: Externa preta e interna branca,	12 Meses	Pacote	05
93	Pasta Registrador AZ Lombo Largo Caixa c/ 20 unidades Modelo com visor na lombada, tamanho (LxA) 280x350mm, lombo largo de 80mm, alavanca de segurança rado, capa em cartão revestido de PVC e alavanca cromada. Espessura mínima do cartão 1,7mm. Cor: Preta	12 Meses	Caixa	150
94	Pasta Suspensa Marmorizada Caixa c/ 50 unidades Padrão marmorizado, tamanho (LxA) 360x240mm, Gramatura 350g, com ponteira elástica e grampo trilho em plástico flexível e ajustável. Acompanhada de visores plásticos transparentes e etiqueta interna. Cor: Natural	12 Meses	Caixa	100
95	Grampo Trilho Plástico Pacote com 50 unidades Fabricado em material plástico injetado de polietileno, tamanho (LxAxP) 200x20x120mm. Cor: Preta	12 Meses	Pacote	80
96	Caixa Arquivo Pacote c/ 10 unidades Confeccionada em polipropileno corrugado, espessura mínima de 2mm, gramatura 320g, tamanho (LxAxP) 130x250x360mm. Cor: Cinza	12 Meses	Pacote	500
97	Bloco de Notas Tamanho A6 (105x148mm) em papel Offset 90g, cor branca, contendo 25 páginas cada bloco.	12 Meses	Unid	500
98	Quadro de Aviso em Cortiça Moldura em madeira Tamanho 120cm x 90cm	12 Meses	Unid.	150
99	Cadeado com Tetra Chave Mínimo de 16 pinos Tamanho 70mm Fabricado em Latão Maciço	12 Meses	Unid.	100
100	Cadeado com Tetra Chave Mínimo de 16 pinos Tamanho 60mm Fabricado em Latão Maciço	12 Meses	Unid.	50
101	Pilha Alcalina AA Cartela com 16 Unidades Tensão 1.5 Volts Tamanho (CxLxA): 31 x 210 x 95mm	12 Meses	Cartela	30
102	Isqueiro Cartela com 12 unidades Cores sortidas Chama regulável	12 Meses	Cartela	15
103	Porta Lápis, Caneta, Clips e Lembrete Fabricação: Metal aramado Tamanho (LxA): 23x12cm	12 Meses	Unid.	150





104	Caneta esferográfica com Base e Fixador Com ponta esfera 1.0 Tinta semi-gel Com fita dupla face na base para fixação e corrente de plástico	12 Meses	Unid.	350
105	Bloco Requisição de Material Pacote com 20 Unidades Contendo 50 folhas cada	12 Meses	Pacote	15
106	Prendedor de Papel Caixa com 12 Unidades Confeccionado em metal ou aço inox Tamanho: 19mm Cor: Preta	12 Meses	Caixa	500
107	Barreira de proteção de Mesa Tamanho 80cmx80cm (largura x altura) com abas laterais. Barreira de Proteção em PS acrílico transparente de 3mm de espessura, resistente, inquebrável e antiamarelamento, com dobra inferior para fixação com fita dupla face e abas laterais.	12 Meses	Unidade	85

- **9.1.** Os materiais ofertados pela Contratada deverão, no que couber, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- **9.2.** O fornecimento dos produtos que compõem o objeto deste Termo de Referência se dará parceladamente mediante Notas de Empenho, de forma continuada, conforme as necessidades das Unidades Policiais.

10. DA RESERVA DE COTA ME/EPP

10.1. A reserva de cotas exclusivas para participação de Microempresas - ME e Empresas e Empresas de Pequeno Porte - EPP, quando aplicável, obedecerá as disposições do Decreto Estadual 21.675 de 03 de março de 2017.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Da habilitação Jurídica

- **11.1.1.** Documentação necessária relativa à habilitação jurídica:
- a) Cédula de identidade;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **11.1.2.** Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva

11.2. Da regularidade Fiscal e Trabalhista





11.2.1. Documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- f) Certidão de Regularidade de Débito CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- **11.2.2.** Serão admitidas também como prova de regularidade as "certidão positiva com efeito negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

11.3. Da qualificação técnica

- **11.3.1.** Considerando que os valores estimados para cada item não ultrapassam o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fica dispensada a apresentação de Atestado de capacidade Técnica, nos termos do art. 3°, inciso I da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL:
- Art. 3º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à aquisição de bens e materiais de consumo comuns, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:
- I até 80.000,00 (oitenta mil reais) fica dispensada a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica;

11.4. Da qualificação econômico-financeira

- **11.4.1.** A documentação relativa a habilitação econômico-financeira:
- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial <u>Lei nº. 11.101/05</u> (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.
- a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- b) Balanço Patrimonial, referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.
- b.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;



- b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

13. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:

13.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

14. DA SUSTENTABILIDADE

- **14.1.** As empresas participantes deste certame deverão observar as especificações de sustentabilidade ambiental constante das especificações, de acordo com objeto a ser licitado, além da aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável nas contratações públicas, em conformidade com o Art. 6° do Decreto Estadual nº 21.264/2016".
- " I que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;
- II que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, e que utilize material reciclável de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- III que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada."

15. DO JULGAMENTO

- 15.1. As propostas serão processadas e julgadas pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM;
- **15.2.** A proposta deverá constar a marca, o preço unitário do item, o preço total do item conforme SAMS anexa, expressos em moeda corrente nacional, em algarismo, nele incluídas todas as despesas com imposto, taxa, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham a ocorrer.
- **15.3.** Tornando-se a vencedora do certame, a contratada estará obrigada ao fornecimento de qualquer dos itens que tenha se sagrado vencedora quando demandada, nas quantidade determinadas pela contratante.

16. DA AMOSTRA, ENTREGA, FORMA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

16.1. DA AMOSTRA:





16.1.1. Considerando a baixa complexidade dos objetos a serem licitados e a clareza das especificações técnicas mínimas, não serão exigidas amostras, o que não impede a recusa de materiais entregues em desacordo com a proposta e especificações mínimas exigidas no presente Termo de Referência.

16.2. DA ENTREGA:

16.3. DA FORMA RECEBIMENTOS DOS MATERIAIS:

- **16.3.1.** O recebimento e a aceitação do(s) material(ais) será(ão) realizado(s) pela Polícia Civil, através de Comissão composta por, no mínimo, três servidores e será realizada da seguinte forma:
- 16.3.2. Recebimento total de acordo com as quantidades empenhadas, sendo realizado:
- a) **Provisoriamente**, em até 05 (cinco) úteis dias contados da entrega dos materiais.
- b) **Definitivamente**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na Proposta Comercial da CONTRATADA.
- **16.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelo Instrumento Contratual.
- **16.3.4.** Os materiais/bens serão recebidos por uma Comissão de Recebimento de Materiais, que terá, juntamente com o Requisitante, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferirem a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.
- **16.3.5.** Caso sejam insatisfatórios os materiais, lavrar-se-á Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o objeto será rejeitado, devendo ser substituído em até 24 horas, ficando suspenso o pagamento da nota fiscal/fatura, até as substituições necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, em virtude do decorrente atraso de entrega que será verificado para a hipótese.
- **16.3.6.** Aceitos os materiais/bens, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.
- **16.3.7.** Não aceito o(s) bem(s) entregue(s), a empresa adjudicatária será notificada para proceder com a devida e imediata substituição dos itens recusados, adequando-os com aqueles que efetivamente se pretende adquirir.
- **16.3.8.** A empresa vencedora ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se em desacordos com as especificações técnicas previstas no instrumento convocatório e seus anexos e/ou distintos dos ofertados, no prazo assinalada no subitem anterior, sem prejuízo das sanções, se cabíveis.
- **16.3.9.** Expedida a Ordem de Fornecimento, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações.

16.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS:

- **16.4.1.** Os itens a serem oferecidos pela contratada deverão estar em suas respectivas embalagens originais, sem sinais de violação, dano físico ou adulteração; devem ser novos, assim como devem constar na embalagem as especificações e demais informações de controle e registro (escritos em língua portuguesa). Quando for o caso, deverão estar protegidos de agentes externos que possam alterar suas formas e características específicas;
- **16.4.2.** Os materiais a serem oferecidos e entregues pela contratada deverão obedecer rigorosamente às especificações do Termo de Referência, sob pena de não serem aceitos pelo agente responsável pelo recebimento, sem prejuízo das sanções administrativas e legais previstas neste Termo.



- **16.4.3.** Não serão aceitos materiais com validade expirada ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização ou ainda reduza-lhe o tempo de vida útil.
- **16.4.4.** Quanto a problemas de qualidade dos produtos, das condições das embalagens e prazo de validade, a licitante notificada pela Administração Pública será responsável pela troca do produto que apresentar problemas, mesmo que já tenha sido distribuído;
- **16.4.5.** O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

17. DA GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO

- **17.1.** Os bens objeto da presente contratação deverão as garantias mínimas estabelecidas pela Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo:
- 17.2. Bens Duráveis: prazo mínimo de 90 dias, contados do recebimento definitivo do objeto.
- 17.3. Bens Não Duráveis: prazo mínimo 30 dias, contados do recebimento definitivo do objeto.
- **17.4.** Em qualquer ocasião, a contratada ficará ainda obrigada a ofertar o produto atendendo aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- **17.5.** O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

18. DO LOCAL, PRAZO E FORMA DE ENTREGA

18.1. Local e Horário:

- **18.1.1.** Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Polícia Civil do Estado de Rondônia, localizado na Rua Prefeito Chiquilito Erse, nº 6130, Bairro Setor Industrial, em Porto Velho/RO, no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário compreendido entre 07h30m e 13h30m.
- **18.1.2.** Fica a Contratada ciente de que qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, e movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado é de inteira responsabilidade da Contratada e/ou da transportadora.

18.2. Prazo/Cronograma de Entrega:

18.3. Os materiais deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

18.4. Forma de Entrega:

18.5. Os itens deverão ser entregues em suas respectivas totalidades de acordo com a Nota de Empenho, acondicionados em suas embalagens originais conforme Item 15.4.1 deste Termo.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. Além das demais obrigações exigidas em Lei, constituem obrigações da empresa vencedora:

I.confirmar a retirada ou recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de 05 dias corridos, contados de sua notificação.

II.Entregar o objeto desta licitação, nas especificações contidas neste termo de referência;

III.Manter durante toda a execução da Ata as mesmas condições de sua habilitação;

IV.Entregar o objeto no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

V.Entregar o objeto na forma e quantidades indicadas;



- VI.Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.
- VII.Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da **CONTRATANTE**;
- VIII.Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.
- IX.Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento objeto;
- X.Prestar à **CONTRATANTE** qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto. Fornecer, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, todo e qualquer material e acessório necessários para a instalação e pleno funcionamento do objeto;
- XI.Entregar o objeto no local definido neste instrumento e nas condições exigidas;
- XII.Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados por seus prepostos ao patrimônio da contratante, desde que as responsabilidades sejam efetivamente comprovadas;
- XIII. Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de forma a não interferir no andamento da CONTRATANTE;
- XIV. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Registro de Preço, sem que disso decorra qualquer ônus para a detentora, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;
- XV.Não utilizar as dependências da CONTRATANTE para qualquer atividade estranha ao objeto deste contrato;
- XVI.Substituir em até 10 (dez) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo, sem ônus para o contratante;
- XVII.Nos contratos decorrentes do Registro de Preço, aceitar acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos contratados de acordo com as previsões contidas no art. 65, § 1°, da Lei 8.666/93.

20. DOS DEVERES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

- **20.1.** Constituem obrigações do órgão contratante:
- I.Promover, por meio do Setor Competente, o recebimento do(s) material(ais) entregue(s) sob os aspectos de conformidade com as especificações, quantidade e qualidade, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- II.Receber provisória e definitivamente os materiais nas formas definidas.
- III.Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao material solicitado.
- IV. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao material solicitado.
- V.Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste instrumento, bem como prorrogar prazos e aplicar sanções, se for o caso.
- VI.Fornecer à Contratada as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente termo.



21. DA FISCALIZAÇÃO

- **21.1.** Quando celebrados instrumentos de Contrato, a fiscalização do contrato será realizada por servidor previamente designado pela Administração Pública, que irá fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67, §1°, da Lei n° 8.666/93, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:
- **21.2.** Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;
- **21.3.** O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

22. DO PAGAMENTO

- **22.1.** Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pela CONTRATANTE, sem qualquer reajuste automático de preços ou aplicação de correção monetária.
- **22.2.** O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela contratante será de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto.
- **22.3.** O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- **22.4.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, não respondendo o órgão requisitante por quaisquer encargos resultantes do atrasos.
- **22.5.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções ou aceitá-las com a glosa da parte que considerar indevida.
- **22.6.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais, passando o prazo a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.
- **22.7.** Para efeito de pagamento, a contratada se responsabilizará totalmente em as suas custas com imposto, taxas e pessoal, previstas na legislação em vigor e pelo transporte/frete dos equipamentos até o destino final, bem como, quando apresentarem defeitos de qualquer natureza correrá por conta e risco da contratada.
- **22.8.** O órgão se reserva no direito de recusar a efetivação de pagamento se, no ato do recebimento definitivo do objeto, este estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Edital e neste Termo de Referência.
- **22.9.** O órgão poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora.
- **22.10.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de:
- a) Certidão Negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade de Situação CRS, relativo ao FGTS;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais;
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhista CNDT, relativa a comprovações de liquidez trabalhistas, disponível em http://www.tst.jus.br/certidao.



- **22.11.** As certidões apresentadas poderão ter natureza positiva com efeitos negativos.
- **22.12.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- **22.13.** Não será efetuado qualquer pagamento á(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade a inadimplência contratual.
- **22.14.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhadas das devidas Ordens de Fornecimento ou Notas de Empenho que lhes deram origem, devendo conter no corpo da mesma:
- a) A descrição especificada do objeto, seus quantitativos unitários e totais além do preço registrado;
- b) O número do Processo, o número do contrato ou Nota de Empenho e os dados bancários para efetivação do pagamento.
- **22.15.** Os eventuais encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- **22.16.** A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada quando legalmente exigidos.
- **22.17.** No caso das Notas Fiscais, apresentarem erros ou dúvidas quanto á exatidão ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de reapresentar para cobrança, as parcelas controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 90 (noventa) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8666, de 1993.

23. DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- **23.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- **23.2.** Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- **23.3.** A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13 e suas alterações, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições da Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
- **23.4.** Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- **23.5.** É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.
- **23.6.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- **23.7.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



- **23.8.** As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem
- **23.9.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.
- **23.10.** Após publicidade da Ata de Registro de Preços, poderão ser firmados os Contratos dela decorrente dentro do prazo de validade do Registro, cuja contratação será formalizada pelo Governo do Estado de Rondônia por meio de instrumento contratual, ou ainda, quando for o caso, pela emissão da nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar, conforme dispõe o art. 62, da Lei nº. 8.666/93.
- **23.11.** O licitante que tenha seus preços registrados obrigar-se-á a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela Administração.
- **23.12.** Os bens objeto da Ata de Registro de Preços serão solicitados de acordo com a necessidade da Polícia Civil, e a execução será nas condições definidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

24. DA VIGÊNCIA E REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **24.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.
- **24.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o preços registrados poderão ser revisados, observando as disposições do Decreto Estadual nº 18.340/2013 e suas alterações:
- Art. 21. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- Art. 22. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- § 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- § 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- Art. 23. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- Art. 23-B. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado. (**Artigo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021**)
- § 1°. A revisão de preços prevista no **caput** precederá de requerimento: (**Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021**)



- I do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou (Inciso acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021)
- II pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado. (**Inciso acrescido pelo Decreto n**° **25.969**, **de 7/4/2021**)
- § 2°. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n° 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no **caput** deste artigo. (**Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021**)
- § 3°. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata. (**Parágrafo acrescido pelo Decreto n**° 25.969, de 7/4/2021)
- § 4°. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro. (**Parágrafo acrescido pelo Decreto n**° **25.969, de 7/4/2021**)
- § 5°. Para fins deste Decreto e do Sistema de Registro de Preços SRP, por ele regulamentado, o órgão gerenciador do registro de preços, fixará por meio de Portaria, a forma de apuração do preço de mercado para efetivação de ajustes decorrentes das Atas de Registro de Preços. (**Parágrafo acrescido pelo Decreto n° 25.969, de 7/4/2021**)

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. As despesas provenientes da eventual aquisição correrão a conta das dotações orçamentárias próprias das unidades participantes, incluindo eventuais recursos de emendas parlamentares, notadamente:

15003 - Polícia Civil	15011 - Fundo Especial de Reequipamento Polici		
Programa Atividade: 15003.06.183.2075.2269	Programa Atividade: 15011.06.122.2075.2087		
Fontes: 0100 e 0300	Fonte: 0202		
Natureza da Despesa: 33.90.30	Natureza da Despesa: 33.90.30		

26. DAS SANÇÕES:

- **26.1.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita a:
- **26.1.1.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.
- **26.1.2.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
- **26.1.3.** A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem



prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

- **26.1.4.** A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
- **26.1.5.** Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.
- **26.1.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- **26.1.7.** De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- **26.1.8.** A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- **26.1.9.** São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02:
- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
- **26.1.10.**As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
- **26.1.11.**Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

26.1.12.

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA	*
	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.		4,0% p dia	por
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% pdia	por
	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;		3,2% pdia	por
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% pdia	por
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% p dia	por
	s itens a seguir, deixar de:			



6	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;		3,2% dia	por
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.		0,8% dia	por
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% dia	por
9	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% dia	por
10	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.		0,2% dia	por
11	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% dia	por

^{*} Incidente sobre a parcela inadimplida da aquisição.

- 26.1.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 26.1.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.
- 26.1.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 26.1.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente.
- 26.1.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 26.1.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, bem como em sistemas Estaduais.
- 26.1.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 26.1.19. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas no Termo de Referência.
- 26.1.20. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 26.1.21. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.



27. DA REVISÃO, CANCELAMENTO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

27.1. A alteração, revisão, cancelamento e adesão ao Registro de Preços deverão observar as disposições do Decreto Estadual 18.340/2013 e suas alterações.

28. DO CONTRATO

- **28.1.** Após publicidade da Ata de Registro de Preços, poderão ser firmados os Contratos dela decorrente dentro do prazo de validade do Registro por meio de instrumento próprio, ou quando dispensados, a execução será realizada por meio da emissão de nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar, conforme dispõe o art. 62, da Lei nº. 8.666/93.
- **28.2.** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será de até 12 meses, observado o artigo 57 da Lei 8.666 de 1993.

29. DA GARANTIA CONTRATUAL

29.1. Considerando a baixa complexidade dos itens, a disponibilidade comercial e o baixo índice de risco para a Administração Pública e, levando em consideração o fracionamento da execução da Ata de Registro de Preços, não serão exigidas garantias contratuais previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **30.1.** A Polícia Civil prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada a respeito deste Termo de Referência.
- **30.2.** Após a publicação da Ata de Registro de Preços, as comunicações oficiais referentes à contratação e remessa de Notas de Empenho serão realizadas/encaminhadas através do email *compra.pc.ro@gmail.com*, reputando-se válidas quando enviadas ao e-mail indicado na proposta ou documentos apresentados pela empresa contratada.
- **30.3.** A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário e e-mail resposta, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação, na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.
- **30.4.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- **30.5.** Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- **30.6.** Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

31. ASSINATURAS

Aprovado por:	Revisão Técnica por:	Elaborado por:
Samir Fouad Abboud	Anderson Fernandes Melo	Ronilton Alves de Lima
Ordenador de Despesas	Gerente de Administração e Finanças	Agente de Polícia



ANEXO II DO EDITAL – QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	SUBTOTAL GERAL
1	Caneta esferográfica Caixa com 50 Unidades Com tinta na cor AZUL, escrita fina, ponta com 0,8mm e esfera de tungstênio, corpo sextavado, transparente, com suspiro, tampa cônica transparente e tampão superior na cor da tinta. Acondicionadas em caixa com 50 unidades	Caixa	300	R\$ 8.055,00
2	Clipe de metal niquelado 2/0 Caixa c/ 100 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 2/0	Caixa	600	R\$ 2.892,00
3	Clipe de metal niquelado 4/0 Caixa c/ 50 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 4/0	Caixa	600	R\$ 2.706,00
4	Clipes de metal niquelado 6/0 Caixa c/ 50 unidades. Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 6/0	Caixa	600	R\$ 3.618,00
5	Clipe de metal Niquelado 8/0 Caixa c/ 25 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 8/0	Caixa	500	R\$ 2.390,00
6	Clipe de metal Niquelado 10/0 Caixa c/ 10 unidades Fabricação/Material: em aço niquelado, tamanho 10/0	Caixa	300	R\$ 1.338,00
7	Colchete Latonado nº 8 Caixa c/ 72 unidades Tipo: bailarina; Capacidade: 180 folhas (papel 75 g/m2); Cabeça: c/ reforço metálico; Fabricação/Material: em aço c/ revestimento	Caixa	1.000	R\$ 6.250,00
8	Colchete Latonado nº 10 Caixa c/ 72 unidades Tipo: bailarina; Capacidade: 210 folhas (papel 75 g/m2); Cabeça: c/ reforço metálico; Fabricação/Material: em aço c/ revestimento	Caixa	1.000	R\$ 7.560,00
9	Colchete Latonado nº 12 Caixa c/ 72 unidades Tipo: bailarina; Capacidade: 270 folhas (papel 75 g/m2); Cabeça: c/ reforço metálico; Fabricação/Material: em aço c/ revestimento	Caixa	800	R\$ 9.056,00
10	Grampo Galvanizado p/ Grampeador 26/6 Caixa c/ 5.000 unidades Tamanho: 26/6; Uso: Grampeador de 20 e 25 folhas; Capacidade: indicado p/ grampear até 30 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: arame de aço galvanizado revestido.	Caixa	650	R\$ 7.397,00



	1		T	
11	Grampo Galvanizado p/ Grampeador 23/13 Caixa c/ 1.000 unidades Tamanho: 23/13; Uso: Grampeador de 100 e 200 folhas; Capacidade: indicado p/ grampear de 60 a 90 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: arame de aço galvanizado revestido.	Caixa	70	R\$ 471,10
12	Grampo Galvanizado p/ Grampeador 23/20 Caixa c/ 1.000 unidades Tamanho: 23/20; Uso: Grampeador de 200 folhas; Capacidade: indicado p/ grampear de 140 a 170 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: arame de aço galvanizado revestido.	Caixa	150	R\$ 2.236,50
13	Estilete Corpo c/ reforço métrico, lâmina medindo 18mm de largura.	Unid	300	R\$ 972,00
14	Grampeador de Mesa Metálico Médio c/ Extrator Linha: escritório; Modelo: c/ extrator embutido tipo espátula e apoio anatômico; Tamanho: médio; Alcance: 59 mm; Capacidade: até 25 folhas (papel 75 g/m2); Compatibilidade: grampos 26/6; Fabricação/Material: estrutura totalmente em aço c/ base de apoio em plástico, apoio anatômico emborrachado e acabamento escovado; Dimensões (LxAxP): 180x65x40mm; Cor: Preto ou Cinza.	Unid	500	R\$ 9.500,00
15	Perfurador de Papel Modelo: c/ 02 pinos perfuradores e margeador (régua medidora); Capacidade: até 20 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: estrutura metálica, pinos perfuradores e molas em aço, base em polietileno e margeador plástico; Cor: Preto	Unid	400	R\$ 8.616,00
16	Perfurador de Papel Linha: profissional; Modelo: c/ 02 pinos perfuradores e régua de esquadro; Mecanismo de Funcionamento: tipo alavanca c/ empunhadura emborrachada; Capacidade: até 100 folhas (papel 75 g/m2); Fabricação/Material: base e cabo em ferro fundido, pinos perfuradores em aço trefilado, temperado e zincado, base em plástico reciclável e régua de esquadro metálica; Dimensões (LxAxP): 260x240x115mm Cor: Preto	Unid	250	R\$ 57.542,50
17	Prancheta Metálica c/ Prendedor Metálico A4 Produto: esterilizável Tamanho: A4 (Ofício) Modelo: c/ cantos arredondados Fabricação/Material: em duralumínio c/ prendedor de inoxidável livre de rebarbas Espessura Mínima: 1,5mm Dimensões (LxA): 235x345mm	Unid	250	R\$ 19.062,50



18	Prancheta Poliestireno c/ Prendedor Metálico A4 Tamanho: A4 (Ofício) Modelo: c/ cantos arredondados Fabricação/Material: em poliestireno c/ prendedor metálico livre de rebarbas Espessura Mínima: 3mm Dimensões (LxA): 230x320mm Cor: fumê	Unid	250	R\$ 5.155,00
19	Lâmina p/ Estilete 18mm; Caixa/Estojo c/ 10 unidades Lâmina Larga; Forma: reta segmentada; Fabricação/Material: em aço carbono; Dimensões (LxA): 108x18mm; Espessura Mínima: 0,3 mm.	Caixa	60	R\$ 247,80
20	Extrator de Grampos Espátula Inox Caixa c/ 12 unidades Tipo: espátula; Fabricação/Material: em aço inoxidável; Comprimento: 15 cm; Característica Específica: livre de rebarbas e cantos vivos.	Caixa	30	R\$ 890,70
21	Tesoura Multiuso Inox 21cm - Preta Modelo: c/ anel destro 03 dedos Lâmina: reta c/ ponta Comprimento: 21 cm Fabricação/Material: rebite e lâmina em aço inoxidável e cabo de polipropileno Cor: preta	Unid	150	R\$ 1.573,50
22	Cola branca líquida Caixa c/ 12 unidades Para papel, atóxica, lavável, secagem rápida, com bico dosador de encaixe e sem rosca, tampa cônica, embalagem plástica de 90 gramas. Composição: acetato polivinila.	Caixa	100	R\$ 2.093,00
23	Cola Líquida PVA Branca 500G Uso: colagens de alto desempenho; Aplicação: artefatos de madeira, laminados plásticos, papel, papelão, entre outros); Composição: resina de PVA; Forma de Apresentação: frasco c/ bico dosador e tampa roscável; Peso: 500 G; Cor: branca; Validade Mínima: (12) meses a partir da data da entrega; Exigência/Legislação: 1. Embalagem c/ Nome do Fabricante, Informações da Composição e Validade 2. Selo do INMETRO na embalagem	Unid	150	R\$ 1.951,50
24	Régua Acrílica 30cm - Cristal. Caixa c/ 24 unidades Tipo: reta Comprimento: 30 cm Largura Mínima: 3,4 cm Escala: centímetro e milímetro Fabricação/Material: em poliestireno transparente Espessura Mínima: 3 mm Cor: cristal Exigência: produto certificado pelo INMETRO	Caixa	15	R\$ 805,20
25	Fita adesiva Transparente Pacote com 05 rolos Rolo de 48 mmx100m Marcas de Referência: Adelbras, 3M	Pacote	1.300	R\$ 71.708,00



26	Fita Adesiva 12mmx30m - Transparente Pacote c/ 10 unidades Fita Estreita; Fabricação/Material: em filme polietileno coberto c/ adesivo acrílico; Dimensões (LxA): 12mmx30m; Cor: incolor	Pacote	20	R\$ 226,80
27	Fita Adesiva Colorida 12mmx10m - Vermelha Pacote c/ 10 unidades Tipo: fita adesiva de papelaria; Fabricação/Material: em filme de polipropileno coberto c/ adesivo acrílico; Tamanho (LxA): 12mmx10m; Cor: vermelha		150	R\$ 1.200,00
28	Fita Adesiva Silver Tape de Alta Resistência, multiuso Pacote com 05 rolos Rolo de 48mm X 50m Cor: transparente ou Branca Marcas de Referência: 3M, Tesa	Pacote	100	R\$ 16.528,00
29	Fita Lacre Segurança Tamanho: 25mm x 50m Com mensagem de identificação quando removida da superfície em que foi aplicada. Cor Vermelha ou Preta	Rolo	300	R\$ 4.206,00
30	Fita Acrílica Dupla Face Tamanho: Rolo de 19mmx2mCor: Transparente Uso: fixação de materiais duros ou semi- porosos como placas de identificação, quadros, pequenos objetos de decoração e canaletas elétricas; Aplicação: madeira selada, paredes internas, vidros, acrílicos e metais;	Unid	150	R\$ 2.101,50
31	Fita Adesiva Plástica p/ Demarcação de Solo Fabricação/Material: em filme de policloreto de vinila (PVC) coberto c/ adesivo acrílico; Dimensões (LxA): 48mmx14m; Cor: zebrada - amarela/preta; Embalagem: individual.		75	R\$ 1.283,25
32	Fita Plástica p/ Demarcação de Área 70mmx200m Fita Larga; Fabricação/Material: em film polietileno (sem adesivo); Dimensões (LxA) 70mmx200m; Espessura Mínima: 0,04mm; Con zebrada - amarela/preta; Embalagem: individual	e Rolo	500	R\$ 7.770,00
33	Lápis preto nº. 2 Sextavado apontado com corpo emborrachado (não lasca). Caixa com 12 Unidades		100	R\$ 933,00
34	Caneta Marca Texto Caixa com 12 unidades Com ponta chanfrada, para traço de 1.5 até 3.5 mm, em tinta florescente q/fixa sobre a tinta esferográfica, hidrográfica, lápis, textos datilografados e impressos. Cor: Amarela fluorescente	Cai xa	450	R\$ 7.542,00
35	Caneta Marca Texto Gel Caixa com 06 Unidades Ponta: ogiva (redonda); Composição: tinta à base de gel; Fabricação/Material: ponta em gel e corpo cilíndrico em polipropileno opaco; Cor da Tinta: amarela fluorescente	Cai xa	300	R\$ 9.780,00



36	Caneta de Escrita CD/DVD 2mm Caixa c/ 12 unidades; Ponta: 2,0 mm; Espessura da Escrita: traço 0,1 mm (papel); Composição: tinta à base de álcool resistente à água; Fabricação/Material: ponta de poliéster c/ corpo em polipropileno; Aplicação: superfícies de CD/DVD, transparência, plástico e acrílico. Cor: Azul	Caix a	60	R\$ 1.926,00
37	Pincel Marcador Permanente Caixa c/ 12 unidades; Modelo: Ponta Média de 1.1mm Indicação: escreve em superfícies de plástico, vidro, metal, madeira CD e DVD Cor: Preta	Caixa	60	R\$ 1.051,20
38	Pincel Marcador Permanente Caixa c/ 12 unidades; Modelo: Ponta Média de 1.1mm Indicação: escreve em superfícies de plástico, vidro, metal, madeira CD e DVD Cor: Azul	Caixa	60	R\$ 1.051,20
39	Apontador p/ Lápis Caixa c/ 50 unidades Formato: retangular Diâmetro: lápis padrão c/ até 8,2 mm Fabricação/Material: em plástico pigmentado c/ lâmina em aço temperado c/ excelente fio de corte; Certificação Compulsória do INMETRO	Caixa	15	R\$ 540,00
40	Marcador p/ Lousa de Vidro Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de lousa de vidro; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Azul	Caixa	25	R\$ 816,00
41	Marcador p/ Lousa de Vidro Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de lousa de vidro; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Preta	Caixa	25	R\$ 816,00
42	Marcador p/ Lousa de Vidro Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de lousa de vidro; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Vermelha	Caixa	25	R\$ 728,75
43	Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades; Tipo: recarregável; Ponta: chanfrada; Espessura da Escrita: grossa e fina; Composição: tinta à base de álcool; Fabricação/Material: ponta de feltro c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Azul	Caixa	60	R\$ 1.822,20
44	Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Tipo: recarregável; Ponta: chanfrada; Espessura da Escrita: grossa e fina; Composição: tinta à base de álcool; Fabricação/Material: ponta de feltro c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor:	Caixa	60	R\$ 1.822,20



	Preta			<u> </u>
	Fieta			
45	Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Tipo: recarregável; Ponta: chanfrada; Espessura da Escrita: grossa e fina; Composição: tinta à base de álcool; Fabricação/Material: ponta de feltro c/ corpo cilíndrico em polipropileno. Cor: Vermelha	Caix a	25	R\$ 759,25
46	Tinta p/ Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel atômico; Composição: tinta permanente à base de álcool, corantes, aditivos e solventes; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 35 ml (reabastece até 20 vezes). Cor: Azul	Cai xa	25	R\$ 1.123,75
47	Tinta p/ Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel atômico; Composição: tinta permanente à base de álcool, corantes, aditivos e solventes; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 35 ml (reabastece até 20 vezes). Cor: Preta	Cai xa	25	R\$ 1.123,75
48	Tinta p/ Pincel Atômico Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel atômico; Composição: tinta permanente à base de álcool, corantes, aditivos e solventes; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 35 ml (reabastece até 20 vezes). Cor: Vermelha	Caix a	15	R\$ 674,25
49	Pincel p/ Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de quadro branco; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno Cor: Azul	Caix a	100	R\$ 4.084,00
50	Pincel p/ Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de quadro branco; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno Cor: Preta	Caix a	100	R\$ 4.084,00



	Pincel p/ Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades	Caixa		
51	Ponta: ogiva (redonda); Espessura da Escrita: 2 mm; Aplicação: superfície de quadro branco; Composição: tinta à base de água, não tóxica; Fabricação/Material: ponta de acrílico poliéster c/ corpo cilíndrico em polipropileno Cor: Vermelha	CuiAu	50	R\$ 2.042,00
52	Tinta p/ Pincel Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel p/ quadro branco; Composição: tinta à base de álcool, corantes e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 20 ml Cor: Azul	Caixa	30	R\$ 1.956,90
53	Tinta p/ Pincel Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel p/ quadro branco; Composição: tinta à base de álcool, corantes e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 20 ml Cor: Preta	Caixa	30	R\$ 1.956,90
54	Tinta p/ Pincel Quadro Branco Caixa c/ 12 unidades Aplicação: reabastecer pincel p/ quadro branco; Composição: tinta à base de álcool, corantes e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 20 ml Cor: Vermelha	Caixa	15	R\$ 978,45
55	Almofada p/ Carimbo Caixa c/ 12 unidades Tamanho: N. 4; Modelo: entintado p/ carimbos manuais; Fabricação/Material: - almofada: de feltro /estojo: plástico; Dimensões (LxA): 160x100mm; Cor da Tinta: azul.	Caixa	35	R\$ 2.483,60
56	Almofada p/ Carimbo Caixa c/ 12 unidades Tamanho: N. 4; Modelo: entintado p/ carimbos manuais; Fabricação/Material: - almofada: de feltro /estojo: plástico; Dimensões (LxA): 160x100mm; Cor da Tinta: preta.	Caixa	20	R\$ 1.419,20
57	Tinta p/ Almofada Carimbo Caixa c/ 12 unidades Aplicação: em almofada p/ carimbo; Composição: tinta à base de água; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 40 ml. Cor: Azul	Caixa	20	R\$ 884,20
58	Tinta p/ Almofada Carimbo Caixa c/ 12 unidades Aplicação: em almofada p/ carimbo; Composição: tinta à base de água; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 40 ml. Cor: Preta	Caixa	20	R\$ 884,20
59	Almofada Refil p/ Carimbo Numerador Metálico Almofada p/ Reposição em Carimbo Numeradores Manuais Sequencial; Uso: em diversos numeradores de aço seqüencial; Composição: em feltro; Dimensões (LxAxP): 28x6x10mm.	Unid	50	R\$ 1.330,00
60	Tinta p/ Carimbo Numerador Metálico Caixa c/ 03 unidades Aplicação: em carimbo numerador metálico sequencial; Composição: tinta à base de óleo; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 15 ml. Cor: Preta	Caixa	20	R\$ 1.245,00



	D 1 . 1 . 1 . 1 . 2 . 0 . 0 . 7	I	I	<u> </u>
	Barbante de Algodão Cru 08 Fios - 200G Rolo c/	Rolo	750	
<i>L</i> 1	mínimo de 200m Composição: 100% algodão; Número		750	R\$
61	de Fios: 4 Ne/8 fios; Peso Mínimo: 200G; Cor: cru			7.350,00
	Bloco Auto Adesivo para anotações c/ 100 folhas		600	DΦ
(2)	Tamanho 76x76mm Gramatura: 75g/m² Cor: Branco,		600	R\$
62	Verde, Azul ou Amarelo			8.580,00
63	Borracha de Papelaria Tinta e Lápis - Bicolor Caixa c/ 40 unidades Indicação: remoção de tinta de caneta e lápis; Formato: chanfrado; Fabricação/Material: borracha natural, borracha sintética, carga mineral, agente de vulcanização, pigmento e óleo; Dimensões (LxAxP): 52x7x16mm; Legislação/Exigência: 1. Condições de	Caix a	30	R\$ 846,00
	acordo com a NBR-15236 e, 2. Certificação			
	Compulsória do INMETRO, c/ atualizações posteriores.			
64	Corretivo de Papelaria Fita 4mmx10m Caixa c/ 06 unidades Forma: em fita (roller); Formato: anatômico; Dimensões Mínimas (LxA) 4mmx10m (tolerância +/- 2%); Fabricação/Material: corpo de resina termoplástica translúcida c/ tampa; U.F.: Caixa c/ 06 unidades; Exigência/Legislação: 1. Condições de acordo c/ as Normas NBR-11786 e NBR-15236 e, 2. Certificação Compulsória INMETRO c/ atualizações posteriores;	Caixa	35	R\$ 903,70
	<u> </u>	Coiv		
65	Corretivo de Papelaria Líquido 18ml Caixa c/ 12 unidades Aplicação: correções de esferográfica; Composição: à base de água, atóxico, lavável e inodoro; Forma de Apresentação: frasco c/ pincel; Conteúdo: 18 ml; Exigência/Legislação: 1. Condições de acordo c/ as Normas NBR-11786 e NBR-15236 e, 2. Certificação Compulsória INMETRO c/ atualizações posteriores.	Caix a	20	R\$ 565,20
	Capa Protetora p/ Processo PVC Pacote com 10			
66	unidades Modelo: c/ dois bolsos internos verticais (um em cada lateral da capa); Fabricação/Material: em laminado de PVC flexível e transparente; Espessura Mínima: 0,20 micra; Dimensões (LxA): 50×35 (medida aberta) Cor: cristal.	Pacot e	300	R\$ 11.370,00
	Elástico de Látex n. 18 Amarelo - 100G; Caixa c/ 130	Coirra		
	unidades Número: 18; Fabricação/Material:	~	400	R\$
67	borracha natural; Peso: 100 G; Cor: amarela			1.208,00
68	Tinta p/ Carimbo Autoentintado Caixa c/ 03 unidades Aplicação: em carimbos automáticos; Composição: tinta à base de água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos; Forma de Apresentação: frasco c/ bico; Conteúdo Mínimo: 40 ml. Cor Preta	Caix a	40	R\$ 648,40



	1	, · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		1
69	Umedecedor de Dedo - Creme Caixa c/ 12 unidades Tipo: molha dedo; Formato: Redondo Rendimento: até 85.000 folhas Composição: ácido graxo, glicóis, corante alimentício e essência aromática Características Específicas: atóxico, não oleoso e levemente perfumado Forma de Apresentação: estojo plástico c/tampa; Peso: 12 G.	Caixa	50	R\$ 1.304,50
70	Envelope de Papelaria Bolha Saco Kraft Autocolante 25x35cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Sistema de Fechamento: aba c/ fita adesiva; Fabricação: envelope termosoldado nas laterais c/ 1,0cm de largura de solda por lateral; Material: em papel kfraft revestido c/ plástico bolha de alta densidade e fita autocolante em polietileno Gramatura Mínima: 120 g/m2; Diâmetro Bolha: 1,0 cm; Largura Aba: 3,5 cm; Dimensões (LxA): externas: 25x35cm / internas: 21x29,7cm (ofício) Cor: Natural	Cai xa	10	R\$ 3.408,30
71	Envelope de Papelaria Saco Kraft Autocolante 11x17cm Caixa c/250 unid. Tipo: saco; Sistema de Fechamento aba c/ fita adesiva; Fabricação/Material: em papel kfraft c/ fita autocolante em polietileno; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 11x17cm; Cor: natural.	Caixa	10	R\$ 1.533,60
72	Envelope de Papelaria Saco Kraft 17x25cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 17,6x25cm; Cor: natural.	Caiva	45	R\$ 1.893,60
73	Envelope de Papelaria Saco 22x32cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel offset; Gramatura Mínima: 90 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 22,9x32,4cm; Cor: branca.	Caix a	50	R\$ 3.980,50
74	Envelope de Papelaria Saco Kraft 22x32cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 22,9x32,4cm Cor: Natural.	Caix	200	R\$ 15.922,00
75	Envelope de Papelaria Saco Kraft 25x35cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 25x35,3cm; Cor: Natural.	Caix	50	R\$ 2.880,00
76	Envelope de Papelaria Saco Kraft 31x41cm Caixa c/ 250 unidades Tipo: saco; Fabricação/Material: em papel kfraft; Gramatura Mínima: 80 g/m2; Largura Aba: 2,5 cm; Dimensões (LxA): 31x41cm; Cor: Natural.	Caiva	35	R\$ 4.240,60
77	Envelope de Segurança 13x25cm Caixa c/ 1.000 unidades Tipo: saco; Modelo: c/ aba de fechamento inviolável; Sistema de Fechamento: vedado c/ aplicação de fita inviolável ou definitiva; Características Específicas: isento de furos, rebarbas	Caixa	8	R\$ 1.550,00



_		ı		
	e partículas pretas; Fabricação/Material: em polietileno; Espessura Mínima: 0,20 micra (em cada parede); Largura mínima da Aba: 3 cm; Dimensões (LxA): 13x25cm; Cor: Branca (sem impressão).			
78	Envelope de Segurança 30x40cm Caixa c/ 1.000 unidades Tipo: saco; Modelo: c/ aba de fechamento inviolável; Sistema de Fechamento: vedado c/ aplicação de fita inviolável ou definitiva; Características Específicas: isento de furos, rebarbas e partículas pretas; Fabricação/Material: em polietileno coextrudado transparente; Espessura Mínima: 0,20 micra (em cada parede); Largura Mínima da Aba: 3 cm, Dimensões (LxA): 30x40cm Cor: Cor: Branca (sem impressão).	Caixa	8	R\$ 5.021,12
79	Envelope Protetor de Papel p/ CD/DVD c/Janela Caixa c/ 500 unid. Aplicação: armazenar e transportar CD/DVD; Modelo: c/ aba e janela transparente; Fabricação/Material: em papel offset e papel filme incolor; Dimensões (LxA): 125x142mm; Cor: branca/cristal.	Caixa	15	R\$ 1.340,40
80	Etiqueta Adesiva COUCHÊ 50x30x02mm Rolo c/2000 unidades Uso: p/ identificar amostra; Formato: retangular c/cantos arredondados; Área Etiqueta (LxA): 50x30mm; Largura Rolo: 107 mm (2 colunas); Gramatura Mínima: 70 g/m², Diâmetro Rolo: 1"; Fabricação/Material: Etiqueta: em papel couchê (ideal p/ impressão por termo-transferência - Ribbon), Adesivo: acrílico permanente em emulsão aquosa, atóxico, mínimo 20 g/m² (indicado p/ substratos de difícil colagem como papelão), Papel (GL 10): tipo glassine supercalandrado, monolúcido, de alta resistência à tração e ao rasgo (indicado p/ aplicações em processos que requerem leitura ótica e rotuladeiras automáticas - Ribbon) Cor: branca fosca.	Rolo	200	R\$ 9.154,00
81	Etiqueta INK-JET/LASER 25x66mm Pacote c/ 750 etiquetas Etiqueta Autoadesiva em Folha; Aplicação: em impressora jato de tinta, laser e copiadoras; Formato Folha: A5; Dimensões Etiqueta (LxA): 23x37mm; Cor: branca.	Pacote	50	R\$ 1.456,50
82	Etiqueta INK-JET/LASER 46X77mm Carta Pacote c/ 100 etiquetas Etiqueta Autoadesiva em Folha; Aplicação: em impressora jato de tinta, laser e copiadoras; Formato Folha: A5; Tamanho 46x77mm Cor: branca.		150	R\$ 3.042,00
	Carimbo Numerador Metálico Automático - 10 Dígitos Formato: retangular, Numerador: automático c/repetição ("0, 1 e 2") Fabricação/Material: estrutura metálica c/ cabo emborrachado, Acompanha: (01) Pinça		25	R\$



83	Plástica p/ Mudança dos Números, (01) Tubo de Tinta e (01) Refis p/ Numerador (almofada).			5.737,50
84	CD-R 700 MB 52X Pacote c/ 100 unidades Aplicação: gravação de áudio e dados, Óptica: gravável, Capacidade de Armazenamento: 700Mb e 80 minutos, Velocidade de Gravação: 52X	Pacote	50	R\$ 6.603,50
85	DVD-R 4, 7GB 16X Pacote c/ 100 unidades Aplicação: gravação de áudio e dados, Óptica: gravável, Capacidade de Armazenamento: 4,7 GB e 120 minutos, Velocidade de Gravação: 16X, Cores aceitáveis: roxo ou chumbo.	Pacote	50	R\$ 5.546,00
86	Pen Drive USB 2.0 16GB Modelo: compacto; Capacidade: 16GB; Interface: USB 2.0, Compatibilidade S.O: Windows XP, Vista, MAC OS 10+ e Linux. Marca de Referência Scandisk, Kingston, Multilaser	Unid	250	R\$ 5.867,50
87	Pasta c/ Canaleta A4 - Azul; Pacote c/ 10 unidades Modelo: c/ canaleta, Tamanho: A4, Fabricação/Material: em polipropileno fosco antirreflexo, Espessura Mínima: 0,18mm, Dimensões (LxC): 220x310mm, Cor: azul	Pacote	65	R\$ 1.661,40
88	Pasta Catálogo 50fls – Preta Pasta c/ 50 envelopes, Capa: c/ visor frontal, Tamanho: A4, Extensores (parafusos): (04) unidades, Fabricação/Material: cartão grosso revestido de plástico PVC c/ extensores metálicos e envelopes plásticos, Espessura Envelope: 0,10 micra, Cor: preta	Unid	200	R\$ 2.440,00
89	Pasta Plástica Fina c/ Elástico A4 - Fumê Modelo: pasta fina c/ aba e elástico, Tamanho: A4, Fabricação/Material: em polipropileno padrão line translúcido c/ elástico e ponteiras metálicas, Espessura Mínima: 0,35 mm, Dimensões (LxA): 235x350mm, Cor: Fumê		460	R\$ 1.798,60
90	Pasta Plástica Larga c/ Elástico A4 - Fumê Tamanho: A4, Lombo: 20 mm, Fabricação/Material: em polipropileno padrão line translúcido c/ elástico e ponteiras metálicas, Espessura Mínima: 0,50 mm, Dimensões (LxA): 245x335mm Cor: Fumê.	Unid	350	R\$ 1.337,00
91	Pasta Plástica "L" A4 Pacote c/ 10 unidades. Modelo "L", tamanho A4, Fabricação/Material: em polipropileno fosco anti-reflexo, Espessura Mínima: 0,18 mm Dimensões (LxA): 220x310mm Cor: Transparente	Pacote	500	R\$ 5.945,00
92	Pasta com bolsa interna Pacote com 1.000 Unidades Produzida em papel couchê 250g, tamanho 31cm X 22,5cm (fechada), revestida com verniz UV. Cor: Externa preta e interna branca,	Pacote	5	R\$ 6.930,00



93	Pasta Registrador AZ Lombo Largo Caixa c/ 20 unidades Modelo com visor na lombada, tamanho (LxA) 280x350mm, lombo largo de 80mm, alavanca de segurança rado, capa em cartão revestido de PVC e alavanca cromada. Espessura mínima do cartão 1,7mm. Cor: Preta	Caixa	150	R\$ 35.832,00
94	Pasta Suspensa Marmorizada Caixa c/ 50 unidades Padrão marmorizado, tamanho (LxA) 360x240mm, Gramatura 350g, com ponteira elástica e grampo trilho em plástico flexível e ajustável. Acompanhada de visores plásticos transparentes e etiqueta interna.Cor: Natural	Caixa	100	R\$ 15.677,00
95	Grampo Trilho Plástico Pacote com 50 unidades Fabricado em material plástico injetado de polietileno, tamanho (LxAxP) 200x20x120mm. Cor: Preta	Pacote	80	R\$ 1.266,40
96	Caixa Arquivo Pacote c/ 10 unidades Confeccionada em polipropileno corrugado, espessura mínima de 2mm, gramatura 320g, tamanho (LxAxP) 130x250x360mm. Cor: Cinza	Pacote	500	R\$ 31.025,00
97	Bloco de Notas Tamanho A6 (105x148mm) em papel Offset 90g, cor branca, contendo 25 páginas cada bloco.	Unid	500	R\$ 8.325,00
98	Quadro de Aviso em Cortiça Moldura em madeira Tamanho 120cm x 90cm	Unid	150	R\$ 14.509,50
99	Cadeado com Tetra Chave Mínimo de 16 pinos Tamanho 70mm Fabricado em Latão Maciço	Unid	100	R\$ 8.846,00
100	Cadeado com Tetra Chave Mínimo de 16 pinos Tamanho 60mm Fabricado em Latão Maciço	Unid	50	R\$ 4.423,00
101	Pilha Alcalina AA Cartela com 16 Unidades Tensão 1.5 Volts Tamanho (CxLxA): 31 x 210 x 95mm	Cartela	30	R\$ 1.767,30
102	Isqueiro Cartela com 12 unidades Cores sortidas Chama regulável	Cartela	15	R\$ 744,15
103	Porta Lápis, Caneta, Clips e Lembrete Fabricação: Metal aramado Tamanho (LxA): 23x12cm	Unid	150	R\$ 5.179,50
104	Caneta esferográfica com Base e Fixador Com ponta esfera 1.0 Tinta semi-gel Com fita dupla face na base para fixação e corrente de plástico	Unid	350	R\$ 6.909,00
105	Bloco Requisição de Material Completo Pacote com 20 Unidades Contendo 50 folhas cada	Pacote	15	R\$ 1.191,75
106	Prendedor de Papel Caixa com 12 Unidades Confeccionado em metal ou aço inox Tamanho: 19mm Cor: Preta	Caixa	500	R\$ 1.990,00



107	Barreira de proteção de Mesa Tamanho 80cmx80cm (largura x altura) com abas laterais. Barreira de Proteção em PS acrílico transparente de 3mm de espessura, resistente, inquebrável e antiamarelamento, com dobra inferior para fixação com fita dupla face e abas laterais.	U nid	85	R\$ 16.946,45
	VALOR TOTAL GERAL		R\$ 609	9.957,82



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022/ALFA/SUPEL/RO

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 149/2022/ALFA/SUPEL/RO

PROCESSO: 0019.580816/2021-48-PC

Pelo presente instrumento, o Estado de Rondônia, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL situada à Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470, Telefone:(0XX) 69.3212-9264, neste ato representado pelo Superintendente da SUPEL, Senhor Israel Evangelistada Silva e a empresa qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantesda Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decreto Estadual nº 18.340/13, nº 24.082/2019 e nº 25.969/21 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Referência, o Registro de Preços para futura e eventual de Materiais de Expediente, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

2. DA VIGÊNCIA

- **2.1.** O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
- 2.1.1. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposiçõescontidas no art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO** a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5°, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.



4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **AnexoII** deste instrumento.

5. DA ENTREGA:

- **5.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS:** Ficam aquelas estabelecidas no item 9. e subitens do Anexo I Termo-de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- **5.2. DA GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO:** Ficam aquelas estabelecidas <u>no item 17 e</u> <u>subitens do Anexo I Termo de Referência</u>, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- **5.3. DA FORMA DE ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS:** Ficam aquelas estabelecidas <u>nos itens 16.2 e 16.3 e subitens do</u> Anexo I Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5.4.DO LOCAL, PRAZO E FORMA DE ENTREGA: Ficam aqueles estabelecidos <u>no item 18 e</u> <u>subitens do Anexo I – Termo de Referência</u>, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente

5.5.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Ficam aqueles estabelecidos no item 25. <u>e subitens</u> do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6. DAS SANÇÕES

6.1. Ficam aquelas estabelecidas <u>no item 26 do Anexo I – Termo de Referência</u>, <u>a</u>s quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

8.1 Ficam aquelas estabelecidas <u>no subitem 19 do Anexo I – Termo de Referência</u>, <u>a</u>s quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

dente de Compras e L Estado de Rondônia

8.1. Ficam aquelas estabelecidas <u>no item 20 do Anexo I – Termo de Referência</u>, <u>a</u>s quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente



9. UTILIZAÇÃO DA ATA

- **9.1.** Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 9.1.1. A utilização da ata nos termos do subitem
- 13.1 somente poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014 –TCE/RO PLENO.
- **9.2.** É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.
- **9.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- **9.4.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgãogerenciador e órgãos participantes.
- **9.5.** As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- **9.6.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **10.1.** De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custodos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- 10.2. Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de Abril de 2021, os preços registrados serão



mantidosinalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, paramajorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

- 10.3. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.
- **10.4.** Nos termos do § 2° do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nashipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original paraque manifestem interesse em manter o preco original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput artigo 23B.
- 10.5. Conforme disposto no § 4°do Decreto 25.969/2021. a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preçopraticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constanteda proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.
- 10.5.1. O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento dopreço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, queprejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.
- 10.5.2. O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecidopela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superioraqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

11. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

dente de Compras e L Estado de Rondônia

11.1. É participante desta ata o seguinte órgão pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia: Polícia Civil - PC



12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Superintendente Estadual de Licitações

GENEAN PRESTES DOS SANTOS

Gerente do Sistema de Registro de Preço

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

ANEXO V DO EDITAL - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ARP

Ofício nº	Porto Velho,	. de 2022.
Ao Senhor		
Superintendente Estadual de Compras e Licitações		

NESTA

Assunto: Pedido de adesão à ata de registro de preços n°, Registro de Preços para futura e eventual de Materiais de Expediente, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Senhor Superintendente,

O órgão (informar a nomenclatura do órgão que solicita adesão), requer adesão na ata de registro de preços em epígrafe, nos seguintes itens e quantidades: (informar o número do item da ata, especificação e quantitativo em que se quer adesão).



Atenciosamente,

ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO REQUERENTE



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022/ALFA/SUPEL/RO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de suo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na Portaria N.º 30/SUPEL- CI, publicada no DOE do dia 09 de março de 2022, torna público que se encontra autorizada a realização da modalidade de PREGÃO, na forma **ELETRÔNICA**, licitação 149/2022/ALFA/SUPEL/RO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM- MODO DE DISPUTA: ABERTO, tendo por finalidade aqualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações agual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão. com Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011, nº 18.340/2013, nº 25.969/2021 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Portaria nº 248/2019/SUPEL-CI, com a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, com a Lei Estadual nº 2414/2011, e demais legislações vigentes, tendo como interessado a Polícia Civil - PC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0019.580816/2021-48

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual de Materiais de Expediente, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

PROGRAMA DE TRABALHO: 15003.06.183.2075.2269 / 15011.06.122.2075.2087

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 / 33.90.30

FONTE: 0100 e 0300 15003 - Polícia Civil / 0202 - 15011 - Fundo Especial de Reequipamento

Policial

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 609.957,82

DATA DE ABERTURA: 12 de Maio de 2022, às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF) **ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

https://www.comprasgovernamentais.gov.br/CÓDIGO DA UASG: 925373

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, por meiodo Pregoeiro e equipe de apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site www.supel.ro.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio,na Superintendência Estadual Licitações, pelo telefone (69) 3212-9264, ou no endereço sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP:76.801-470.

Porto Velho-RO, 27 de abril de 2022.

CAMILA CAROLINE ROCHA PERES

Pregoeira - ALFA/SUPEL Mat. 300145454

